

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MAILANE JUNKES RAIZER DA CRUZ

**À SOMBRA DOS EUCALIPTOS:
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DINÂMICAS SOCIAIS
NO MUNICÍPIO DE IMBAÚ, PARANÁ**

Porto Alegre

2016

MAILANE JUNKES RAIZER DA CRUZ

**À SOMBRA DOS EUCALIPTOS:
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DINÂMICAS SOCIAIS
NO MUNICÍPIO DE IMBAÚ, PARANÁ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Cruz, Mailane Junkes Raizer da
À sombra dos eucaliptos : mpactos socioambientais
e dinâmicas sociais no município de Imbaú, Paraná /
Mailane Junkes Raizer da Cruz. -- 2016.
94 f.

Orientador: Ivaldo Gehlen .

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Plantação de madeira. 2. Impacto
socioambiental. 3. Conflito. I. Gehlen , Ivaldo,
orient. II. Título.

MAILANE JUNKES RAIZER DA CRUZ

**À SOMBRA DOS EUCALIPTOS:
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DINÂMICAS SOCIAIS
NO MUNICÍPIO DE IMBAÚ, PARANÁ**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Orientador
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS)

Prof. Dr. Ivan Crespo Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Profa. Dra. Patrícia Binkowski
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS)

Aos meus pais, Luiz Carlos e Alvina Luzia.
A todos que se dedicam à terra, com amor e cuidado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho acadêmico surgiu do meu interesse como engenheira florestal de olhar para a “floresta” sob outros ângulos, a partir dos olhos de quem vive, resiste e r-existe nesses espaços, Meu primeiro agradecimento é direcionado a essas pessoas. Gratidão às agricultoras e aos agricultores que compartilharam comigo parte de suas vidas, lutas, vitórias, desafios e de forma tão carinhosa me mostraram a realidade da “vida vivida”.

Agradeço imensamente a todas as pessoas em Imbaú que tornaram esta pesquisa possível, em especial aos participantes entrevistados e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-TB).

À Luana Gomes de Souza, minha companheira, *mi reina*. Se os erros deste trabalho são todos meus, compartilho os acertos com ela que esteve ao meu lado durante esse percurso escutando pacientemente meus lamentos e dando eco às vibrações.

Aos que me apoiaram desde os primeiros passos, minha *mamy*, Alvina, meu pai, Luiz, ao meu irmão Maykon, desde sempre minha grande inspiração, e a quem eu ajudei a levar seus primeiros tombos, meu sempre maninho, Marlon.

Aos mestres, Ivan Crespo, quem me inspirou a olhar a floresta e ver muito além de metros cúbicos, e Ivaldo Gehlen, por acreditar que esse olhar diverso de uma engenheira florestal poderia acontecer com as lentes da sociologia.

À todas as pessoas que fazem o PGDR ser o cantinho mais especial da UFRGS.

Ao coletivo Encontra Geografia-UFPR, por ter me acolhido já na reta final do mestrado e carinhosamente compartilhado comigo (des)caminhos para se fazer ciência.

Às flores que conheci e cultivei na Casa Terracanto e fizeram 2015 ser mais colorido!

Axs amigxs, de perto, de longe, de tempos passados, de caminhos recentes, do mestrado, do boteco, da montanha, das pedaladas, do abraço, do choro, das comemorações... Talvez vocês nem saibam, mas tem um bocadinho de cada um de vocês neste trabalho, talvez uma vírgula, uma pausa, um ponto final. Seriam tantos nomes... Sei que vocês me perdoarão porque guardo todxs no lado esquerdo do peito, ao lado do amor e da luta, dentro do coração.

À mãe terra, *Pacha Mama*, pela vida, gratidão.

Foi neste momento que, meio assim envergonhadas, meio sem jeito, foram aparecendo pessoas que diziam que sabiam de algumas coisas que podiam ajudar... quem sabe... saíram de seus escaninhos, seus laboratórios, suas salas, seus currículos *lattes*. Saíram de seus esconderijos e dos livros, e foi assim que as universidades foram ocupadas e alguns professores descobriram, atônitos, que também ali havia estudantes e funcionários, e que do lado de fora também havia pessoas com necessidades. Fizeram então uma pergunta que há muito tempo tinham abdicado de formular: o que é que vocês querem? Foi engraçado porque justamente eles que viviam fazendo perguntas e respondendo suas próprias perguntas, e discordando entre eles de suas respostas, nem sempre sabiam responder às perguntas daquela gente toda que ocupava as escolas, as terras, as fábricas... todos riram muito disso e depois ficaram sérios buscando as respostas. (IASI, 2016).

RESUMO

A produção de madeira em larga escala para fins industriais ocupa extensas áreas, transforma a paisagem, os ecossistemas e provoca mudanças nas sociedades locais. Em Imbaú, Paraná, estimativas do IBGE apontam que mais da metade da área do município está ocupada por plantações de espécies madeireiras chamadas genericamente, no contexto deste trabalho, de plantações de madeira. Entretanto, os números referentes a essa ocupação não expressam os impactos sentidos pelos sujeitos inseridos nesses espaços. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo compreender que impactos socioambientais são gerados pela expansão das plantações de madeira e como afetam as dinâmicas locais. Buscou-se compreender essa realidade a partir do olhar dos sujeitos envolvidos e/ou atingidos pela atividade de produção de madeira no Município de Imbaú, Paraná. Para tanto, foi adotada como abordagem a pesquisa qualitativa e por referencial teórico os estudos sobre conflitos socioambientais. A geração de dados em campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta e registro em diário de campo. No contexto estudado, observa-se que os impactos gerados pela expansão das plantações de madeira são compreendidos pelos moradores locais a partir de seus espaços de vida na medida em que afetam as formas material e simbólica de uso e apropriação do meio. Contudo, os sujeitos adotam diferentes estratégias em relação aos impactos dentre as quais a adesão ao cultivo de madeira se apresenta como forma de adaptação ao novo entorno e a contestação vocalizada pelo “grito dos atingidos” sinaliza processos de resistência e demarca a existência do conflito. Em suma, o estudo aponta que o conflito socioambiental instaurado pode ser compreendido como o embate pela continuidade dos espaços de vida empreendido pelos moradores locais em face da expansão dos espaços de produção de madeira caracterizados pela especialização produtiva, homogeneização da paisagem e esvaziamento material e simbólico desses espaços.

Palavras-chave: Plantações de madeira. Impactos socioambientais. Conflito.

RÉSUMÉ

La production de bois à large échelle à des fins industrielles occupe des vastes terrains, modifie les paysages, les écosystèmes et provoque des changements aux sociétés locales. À Imbaú, Paraná, les données indiquent que plus de la moitié de sa surface est occupée par des plantations de bois. Par contre, les chiffres qui font référence à cette occupation n'expriment guère les impacts ressentis par les sujets qui vivent dans ces espaces. Dans ce sens, cette étude a pour objectif de comprendre quels impacts socio-environnementaux ce sont générés par l'expansion des plantations de bois et les changements dans les dynamiques locales. On a eu l'intention de comprendre cette réalité à travers les yeux de ceux qui sont impliqués dans ou touchés par l'activité. Pour cela, ont été adoptées les références de l'étude qualitatif ainsi que les études à propos des conflits socio-environnementaux. Les données ont été générées par des interviews, l'observation directe et un carnet de terrain. Dans le contexte étudié, les sujets ressentent les impacts résultants de l'expansion des plantations des arbres à partir de leurs espaces de vie, où se produisent les formes matériel et symbolique d'utiliser l'environnement. Cependant, les sujets adoptent des différents stratégies par rapport aux impacts comme l'adhésion aux plantations de bois, des processus de résistance et la contestation qui signale l'existence du conflit. À guise de conclusion, l'étude indique que le conflit socio-environnemental établi à Imbaú comprend, d'un côté, l'engagement des sujets qui vivent dans ces espaces pour préserver leurs lieux de vie en face de l'expansion des plantations de bois et, de l'autre, les transformations générées par cette expansion telles que la spécialisation productive, l'homogénéisation du paysage et la dégradation matériel et symbolique des espaces.

Mots-clés: Plantations de bois. Impacts socio-environnementaux. Conflit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Do Estado Do Paraná, Localização Do Município De Imbaú, 2016.....	18
Quadro 1 - Identificação Dos Entrevistados E Sua Relação Com A Produção De Madeira Em Imbaú, Paraná, 2016.....	20
Figura 2 - Involução Da Área Florestal Do Paraná, 1930-1990.....	38
Figura 3 - Mapa dos Plantios de <i>Pinnus Spp.</i> E <i>Eucalyptus Spp.</i> no Paraná.....	40
Figura 4 - Área de atuação da Klabin no Paraná.....	43
Figura 5 - Localização dos territórios rurais paranaenses.....	45
Quadro 2 - População do município de Imbaú, 1970-2010.....	48
Figura 6 - Vista aérea do município de Imbaú, Paraná, 2016.....	49
Figura 7 - Plantações e espaços de vida: registro em imagem de impactos relatados pelos moradores locais.....	62
Figura 8 - Cemitério tradicional faxinalense cercado e sombreado pela plantação de eucalipto..	70
Figura 9 - Plantações de madeira próximo às residências e áreas de cultivo.....	71
Figura 10 - Expansão das plantações de madeira em Imbaú e o mapa do conflito.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
APRE	Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CERFLOR	Certificação Florestal
Coocat-Mel	Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores Caminhos do Tibagi
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CRADE	Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FOM	Floresta Ombrófila Mista
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
GPS	<i>Global Position System</i>
IBA	Indústria Brasileira de Árvores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal
iLPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras Cartografia e Geociências
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU	Organização das Nações Unidas
PEFC	<i>Program for the Endorsement of Forest Certification</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIFFR	Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento
PFNMs	Produtos Florestais Não Madeireiros
Plano ABC	Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura
PNDFP	Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNPF	Política Nacional de Florestas Plantadas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPFLORA	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAE-PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos - Presidência da República
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SAG-Florestal	Sistema Agroindustrial Florestal
SGS	<i>Société Générale de Surveillance</i>
STR-TB	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba
RL	Reserva Legal
VCP	Votorantim Celulose e Papel
WRM	<i>World Rainforest Movement</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E CONFLITO	22
2.1	CERTIFICANDO A SUSTENTABILIDADE: A ECOEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DO SETOR FLORESTAL	26
3	HISTÓRICO DO SETOR FLORESTAL	31
3.1	A INDÚSTRIA DE BASE FLORESTAL NO BRASIL.....	31
3.1.1	A cadeia produtiva de base florestal	35
3.2	NO PARANÁ, A FLORESTA COMO ATRASO	37
3.3	NO PARANÁ, A FLORESTA COMO DESENVOLVIMENTO	39
3.3.1	Klabin do Paraná.....	40
4	BEBENDO DAS ÁGUAS DE IMBAÚ: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	44
4.1	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	46
4.2	A VOCAÇÃO FLORESTAL DE IMBAÚ	48
4.2.1	Contestando a vocação: o Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde	52
5	A EXPANSÃO DAS PLANTAÇÕES DE MADEIRA EM IMBAÚ: TRANSFORMAÇÕES QUE SE SENTEM A PARTIR DOS ESPAÇOS DE VIDA	55
5.1	“PORQUE O EUCALIPTO SEMPRE VAI TER”, A QUESTÃO É SE VAI TER SÓ EUCALIPTO	55
5.2	“NINGUÉM QUER VIVER SOZINHO”: O PROCESSO DE Esvaziamento do Rural Imbauense	63
5.3	“A GENTE NÃO SABIA QUE PODIA GRITAR”: A ECLOSÃO DO CONFLITO.....	71
6	À SOMBRA DOS EUCALIPTOS: AS PLANTAÇÕES DE MADEIRA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE IMBAÚ	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79

REFERÊNCIAS.....	82
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	89
APÊNDICE A – Tópicos para as entrevistas	91
ANEXO A – Mapa do Conflito elaborado pelo Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde.....	94

1 INTRODUÇÃO

O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta, sua paisagem é marcada por diferentes biomas e ecossistemas e em suas terras resiste uma rica sociobiodiversidade representada por mais de 300 etnias indígenas, povos e comunidades tradicionais¹ os quais evidenciam a “[...] existência de distintas formas de conceber e de se interagir com o meio ambiente[...].” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014, p. 12). Porém, “[...] apesar de toda esta riqueza em forma de conhecimentos e de espécies nativas, a maior parte das atividades econômicas nacionais se baseia em espécies exóticas[...].” (BRASIL, 2010). A exemplo disso, o país é referência na produção de madeira para fins industriais com base no monocultivo de espécies exóticas do gênero *Eucalyptus*., que abriga mais de 700 espécies quase todas originárias da Austrália, e de espécies do gênero *Pinus*., nativas, na sua maioria, do hemisfério norte.

Este estudo trata dos impactos² gerados pelos cultivos de pinus e eucalipto e utiliza-se o termo “plantações de madeira” a fim de problematizar o discurso construído pelo setor industrial de base florestal. Conforme Gautreau (2014), esse discurso intenta dissimular o caráter agrícola da atividade empregando termos como reflorestamento, florestas plantadas, florestas industriais, florestas comerciais, florestas energéticas, entre outros. Desse modo, ao associar plantações comerciais com florestas recorre-se à construção simbólica em torno dos benefícios de áreas com vegetação nativa que, supostamente, se estenderiam ao Sistema Agroindustrial Florestal (SAG-Florestal), também denominado de complexo florestal, agronegócio florestal ou setor de base florestal.

No Brasil, as primeiras plantações de madeira para fins industriais datam do início do Século XX, mas sua expansão ocorreu a partir da década de 1950 integrada a um movimento de migração das atividades de base florestal notadamente dos países nórdicos para o hemisfério sul. A consolidação da atividade no país foi impulsionada por uma política de desenvolvimento para

¹ São exemplos de Povos e Comunidades Tradicionais: Quilombolas, Seringueiros, Castanheiros, Quebradeiras de coco-de-babaçu, Comunidades de Fundo de Pasto, Faxinalenses, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caiçaras, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Açorianos, Campeiros, Varzanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia, entre outros. (BRASIL, 2010).

² Ressalta-se que, embora exista definição legal de “impacto ambiental” (BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986), para efeitos deste trabalho o termo “impacto” foi empregado para caracterizar todo e qualquer efeito adverso decorrente da expansão das plantações de madeira no território estudado conforme depoimento dos sujeitos participantes da pesquisa.

o setor, estabelecida durante a ditadura militar, baseada em incentivos fiscais que vigoraram de 1966 a 1986.

Medrado *et al.* (2011) relatam que inicialmente os plantios ocasionaram inúmeros problemas ambientais, mas devido à pressão de movimentos sociais o setor buscou reformar os processos produtivos a fim de promover uma adequação ambiental. Entre as principais medidas adotadas esses autores citam “[...] a conservação da biodiversidade, controle da erosão, manutenção da capacidade produtiva do sítio, proteção dos corpos d’água existentes na área explorada ou em seu entorno, manutenção dos processos hidrológicos da bacia hidrográfica em que estão inseridos, e a captura de carbono.” (MEDRADO *et al.*, 2011, p. 23).

Foi também nesse período, entre as décadas de 1960 e início dos anos 1990, que o debate em torno da questão ambiental ganhou importância no âmbito das Nações Unidas e se consolidou a noção de desenvolvimento sustentável como “[...] um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras.” (ONU, 1987).

Seguindo esse movimento, o setor de base florestal passou a adotar práticas relacionadas aos princípios da sustentabilidade resumidos na seguinte tríade: ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. Dentre tais práticas destaca-se a certificação florestal presente no Brasil com os selos FSC-Brasil e CERFLOR-PEFC os quais derivam dos sistemas FSC e PEFC reconhecidos a nível internacional. Resumidamente, as certificações atestam a origem legal da madeira e que esta tenha sido produzida ou extraída por meio de práticas de manejo sustentável, em conformidade com a legislação ambiental, promovendo ações de responsabilidade social, entre outros critérios, e constitui-se como diferencial para a comercialização em mercados mais exigentes como o europeu.

Na escala local, o discurso propagado pelo setor enfatiza que as populações, tradicionais ou não, presentes nas áreas de influência dos empreendimentos de base florestal são beneficiadas com oportunidades de emprego, incremento de renda, programas socioambientais, melhorias em infraestrutura, além dos serviços ambientais prestados pelas plantações de madeira. Conforme a Indústria Brasileira de Árvores³ (IBÁ) é a indústria de base florestal que “[...] apresenta maior

³ A IBÁ foi criada em 2014 e vem se apresentando como um dos principais porta-vozes do setor no país. A associação é responsável pela representação institucional da cadeia produtiva de árvores plantadas, do campo à indústria, junto a seus principais públicos de interesse. Reúne 61 empresas, incluindo as gigantes do setor de

potencial de contribuição para a construção de uma economia verde, pois as empresas do setor estão comprometidas em utilizar as melhores práticas socioambientais.” (IBA, 2015, p. 15) e promover o desenvolvimento regional sustentável.

Entretanto, conforme afirma Serje (2010), as plantações de madeira para fins industriais podem ser compreendidas como megaprojetos que “[...] *requieren no sólo de grandes inversiones de capital y energía, sino, del control de vastas extensiones de territorio y de un gran número de gentes [...]*” (SERJE, 2010, p. 9), provocando transformações na paisagem, nos ecossistemas e nas dinâmicas sociais locais. Nesse sentido, Binkowski (2014) aponta que nas regiões onde empreendimentos do segmento florestal se inserem, estes têm provocado “[...] desorganização e reorganização da estrutura social e econômica local [...]”, mas diferentemente do discurso midiático “[...] os resultados dos grandes investimentos tendem a ser pouco benéficos para a sociedade local.” (BINKOWSKI, 2014, p. 24).

Contudo, Gautreau (2014) enfatiza que, embora a implantação de empreendimentos de silvicultura possa gerar impactos semelhantes em diferentes territórios, tal atividade não deve ser vista “[...] *como um «todo» que se expressa de forma homogênea [...]*” (GAUTREAU, 2014, p. 14, grifos do autor), pois assim, se invisibiliza as particularidades dos lugares. É, portanto, a partir do local onde os sujeitos reagem de diferentes formas “[...] ao avanço do espaço - quer dizer, do capital - nos lugares - *locus* da vivência e da história [...]” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 444) que se evidenciam os efeitos e se contestam as virtudes desses empreendimentos (GAUTREAU, 2014).

Nesse quadro se inserem ações de movimentos sociais como o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e a Rede de Alerta Contra o Deserto Verde do Brasil que ao vocalizarem “Plantações não são florestas!” colocam em questão a sustentabilidade aparentemente consensual das atividades de base florestal. Conforme Zhouri, Laschefski e Pereira (2014, p. 18) esses sujeitos representam “[...] múltiplos projetos de sociedade que, não raro, acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas.”. Soma-se a essas iniciativas estudos que evidenciam o caráter conflituoso desses empreendimentos visibilizando as contestações enunciadas por atores

sociais diversos que vivenciam os efeitos desse modelo de utilização dos territórios, entre outros, (ACSELRAD, 2007; BINKOWSKI, 2009; BINKOWSKI 2014; LASCHEFSKI, 2014).

No contexto atual, as plantações de madeira no mundo abrangem uma área de aproximadamente 265 milhões de hectares, representando 7% de todas as florestas globais e 22% das florestas destinadas à exploração comercial (IBA, 2014), mas essa área tende a aumentar consideravelmente nos próximos anos. O consumo mundial médio de papel gira em torno de 60 quilos *per capita*, mas ultrapassa os 200 quilos em países como Finlândia, Alemanha, Estados Unidos e Japão. Além disso, instituições como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) anunciam um aumento de 40% na demanda por celulose já para os próximos 35 anos, o que equivaleria ao plantio de 210 milhões de hectares de eucalipto suplementares (IBA, 2015).

Diante desse cenário, porta-vozes do setor, como a IBÁ, ressaltam que “[...] o Brasil, graças às suas condições edafoclimáticas (relação espécie-solo-clima), sua disponibilidade de terras e à tecnologia desenvolvida pelas empresas nacionais, é um dos poucos países capazes de fornecer ao mundo *commodities* limpas.” (IBA, 2015, p. 26). Em 2014, a área ocupada com plantações de madeira no país atingiu 7,74 milhões de hectares, cerca de 3% do total mundial, e o setor encontra-se numa nova fase de expansão impulsionada pelo Estado por meio de ações como a definição da Política Agrícola para Florestas Plantadas.

Como reflexo dessa nova configuração o setor anuncia a ampliação da capacidade produtiva das indústrias de base florestal, notadamente da produção de celulose e papel, o que tem proporcionado a inauguração de uma nova unidade industrial a cada dois anos (IBA, 2015). Como exemplo disso, a Klabin, maior produtora e exportadora de papeis do Brasil, dobrou sua capacidade produtiva com a inauguração no primeiro trimestre de 2016 da nova unidade fabril PUMA-Klabin localizada no Município de Ortigueira, Microrregião de Telêmaco Borba, Paraná.

Atualmente, o Estado do Paraná é o terceiro maior produtor de madeira de espécies exóticas do país e no decorrer do Século XX teve suas florestas nativas dizimadas para ceder espaço ao progresso materializado pela implantação e expansão da agricultura moderna calcada nos princípios da Revolução Verde⁴. Integrado a esse modelo foi se desenvolvendo uma indústria

⁴ Denomina-se Revolução Verde o modelo de produção difundido após a Segunda Guerra Mundial cujo objetivo era o aumento da produção e da produtividade da agricultura mediante o uso intensivo do solo via mecanização, irrigação, aplicação de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes geneticamente melhoradas de alto

de base florestal cujo principal polo situa-se na Microrregião de Telêmaco Borba, onde a Klabin atua desde a década de 1930, o qual se encontra atualmente em expansão com apoio e financiamento do Estado.

É nesse contexto que, desde 2011, atua a Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde (CRADE). O Movimento dos Atingidos, como é conhecido, agrega organizações representativas da agricultura familiar e sujeitos que vivem em territórios ocupados com madeira os quais se protagonizam enquanto atingidos por tais empreendimentos. Entre suas principais atividades o Movimento dos Atingidos realizou o Mapeamento Social dos Impactos do Eucalipto no município de Imbaú, vizinho à Capital do Papel, Telêmaco Borba, no qual os moradores locais relataram diversos impactos decorrentes da expansão das plantações de madeira no município associados ao “[...] modelo autoritário de desenvolvimento imposto na região de Telêmaco Borba há pelo menos sete décadas.” (SOUZA, 2013, p. 2).

O estudo realizado em Imbaú apontou que mais da metade da área do município estava ocupada com plantações de madeira avançando sobre espaços até então ocupados por outras formas de uso e apropriação do ambiente como a agricultura familiar e camponesa (SOUZA, 2013). Com a nova unidade de produção de celulose e papel da Klabin em Ortigueira, município limítrofe a Imbaú, a área com madeira tende a se expandir em toda a região. Entretanto, os empreendimentos florestais madeireiros não se inserem em espaços vazios, geram impactos materiais e simbólicos nos territórios onde se inserem, afetando também as dinâmicas socioambientais locais.

Esse cenário de conflito sugere as perguntas a serem respondidas nesta dissertação. Que impactos socioambientais são gerados pela expansão das plantações de madeira? Como reagem os moradores locais frente às transformações nas dinâmicas socioambientais?

O objetivo geral orientador do estudo foi compreender os impactos e as dinâmicas socioambientais locais gerados pelas plantações de madeira no município estudado. Os objetivos específicos foram: descrever o processo de expansão das plantações de madeira no município; caracterizar os impactos socioambientais decorrentes dessa expansão; identificar as estratégias adotadas pelos moradores inseridos nesses espaços em face das transformações nas dinâmicas locais.

Metodologicamente, foi adotada como abordagem a pesquisa qualitativa pela qual se busca compreender o fato ou evento estudado a partir dos significados que as pessoas atribuem ao que falam e fazem o que só é possível por meio de uma “[...] atenção sensível [...]”, do contato direto com a realidade e, principalmente, no convívio com os sujeitos ali inseridos (CHIZZOTI, 2013, p. 28). Desse modo, foi realizada pesquisa de campo no município de Imbaú (Figura 1) na qual foram gerados os dados primários por meio de entrevistas, observação direta e registro em diário de campo.

Figura 1 - Mapa Do Estado Do Paraná, Localização Do Município De Imbaú, 2016



Fonte: Google imagens. Disponível em: <<http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Parana-Historia-Geografia-12>>. Adaptado pela autora.

Nota: Divisão do Estado do Paraná em Mesorregiões, em destaque delimitação aproximada da Microrregião de Telêmaco Borba (círculo em vermelho) e ao centro desta o Município de Imbaú (círculo em azul).

Para a análise, buscou-se como referencial teórico os estudos sobre conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004a; ZHOURI, 2014; entre outros) e, para a contextualização do estudo, realizou-se revisão bibliográfica sobre o setor de base florestal e a articulação de suas práticas discursivas com o desenvolvimento sustentável e os princípios da sustentabilidade.

Antes de chegar ao município de Imbaú foi realizado um estudo exploratório incluindo revisão bibliográfica e documental sobre o histórico e a importância das atividades de base

florestal na região e também para localizar as áreas atualmente ocupadas com plantações de madeira. Ainda nesta etapa houve a aproximação com o Movimento dos Atingidos por ocasião de uma audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que teve por tema “Impacto socioambiental, econômico e sobre a saúde do trabalhador advindo da monocultura do eucalipto” (Curitiba, 23 de novembro de 2014).

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os meses de março e novembro de 2015 e nesse período foi possível percorrer as seguintes localidades rurais: Assentamento Guanabara; Campina do Juca Pedro; Charqueada de Cima; Charqueada dos Betim; Charqueadinha; Coqueiros; Faxinal de São Pedro; Km 222; Jacutinga; e Serra do Facão. Nessa etapa foram utilizadas as seguintes técnicas: entrevistas em profundidade com sujeitos envolvidos e/ou atingidos pelas plantações de madeira; observação direta, a qual orientou a escolha dos participantes entrevistados; e registro em diário de campo do que foi observado, sentido e vivido em campo.

A entrevista é uma técnica “[...] bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.” (SELLTIZ⁵ *et al.*, 1967 *apud* GIL, 2008, p. 109). Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas em profundidade do tipo semiestruturada ou por pautas na qual a conversa é guiada com base em um roteiro preestabelecido não sendo necessário segui-lo rigidamente (GIL, 2008). O roteiro foi dividido em duas partes: a primeira com perguntas fechadas para identificação e caracterização sociodemográfica dos participantes e a segunda com perguntas abertas a fim de apreender a percepção dos sujeitos sobre as dinâmicas do território acionando a memória sobre o passado, o entendimento sobre o presente e as projeções para o futuro (APÊNDICE A).

O número de entrevistas foi definido no decorrer da pesquisa tendo por critério a saturação das informações geradas, isto é, a geração de dados foi encerrada quando as entrevistas deixaram de agregar novas informações, considerando também o volume de material passível de ser analisado, conforme observações de Gaskell (2014). Foram realizadas 12 entrevistas com 15 participantes conforme apresentado no Quadro 1.

⁵ SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1972.

Quadro 1 - Identificação Dos Entrevistados E Sua Relação Com A Produção De Madeira Em Imbaú, Paraná, 2016

DATA DA ENTREVISTA	PROFISSÃO DECLARADA	IDENTIFICAÇÃO	RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO DE MADEIRA
09.04.15	Agricultor	Agricultor, Assentamento Guanabara	Agricultor atingido
10.04.15	Professora	Educadora	Movimento dos Atingidos
13.05.15	Agricultora	Agricultora, Jacutinga	Agricultora atingida
13.05.15	Agricultor	Agricultor, Jacutinga	Agricultor atingido
14.05.15	Microempresário	Empreiteiro florestal	Produtor
16.06.15	Da roça	Agricultora1, Faxinal de São Pedro	Agricultora atingida
17.06.15	Agricultor	Representante STR-TB	Movimento dos Atingidos
17.06.15	Da lavoura	Agricultora, residente área urbana	Agricultora atingida
18.06.15	Técnico	Técnico, SANEPAR	Apoio técnico/produtor
19.06.15	Agrônomo	Extensionista1, EMATER	Apoio técnico
19.06.15	Técnico	Extensionista2, EMATER	Apoio técnico
07.08.15	Agricultora	Agricultora, Campina do Juca Pedro	Produtora
07.08.15	Aposentado	Sitiantes aposentado, Campina do Juca Pedro	Produtor
18.11.15	Agricultora	Agricultora2, Faxinal de São Pedro	Produtora
18.11.15	Agricultor	Secretário da agricultura	Apoio técnico/produtor

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a análise dos depoimentos os entrevistados foram divididos em dois grupos: o primeiro grupo compreende os sujeitos diretamente inseridos nos espaços de avanço das plantações de madeira identificados como moradores locais dentre os quais encontram-se agricultores familiares e camponeses, comunidade faxinalense, agricultores silvicultores e sitiantes aposentados; o segundo grupo compreende os sujeitos indiretamente inseridos nesses espaços, mas que apresentam envolvimento com a atividade, dentre os quais técnicos, extensionistas, empresários florestais, lideranças políticas, sindicais e comunitárias locais.

Cabe registrar que durante a pesquisa de campo procurou-se conversar com funcionários da empresa Klabin, porém não foram concedidas entrevistas que pudessem compor este estudo. Desse modo, as informações referentes aos discursos e práticas da Klabin correspondem ao material publicizado no site institucional da empresa e em outras publicações referentes à atuação da empresa, especialmente no Estado do Paraná.

As entrevistas foram registradas em gravação de áudio precedidas do assentimento de cada participante à gravação, aos quais foi garantido o anonimato das informações prestadas e assegurado o direito de retirarem seus depoimentos da pesquisa a qualquer momento. Para minimizar desconfortos que pudessem alterar o teor das respostas e relatos, as entrevistas foram realizadas em locais definidos pelos entrevistados desde que garantissem a privacidade necessária à entrevista. Os moradores locais preferiram que as entrevistas fossem realizadas em suas casas,

já os demais participantes foram entrevistados em seus locais de trabalho ou em locais públicos também indicados por eles.

Também se constituem como fontes de dados deste estudo entrevistas que não foram gravadas a pedido dos interlocutores por motivos pessoais ou profissionais, bem como a participação em reuniões do Movimento dos Atingidos, em uma Assembleia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba realizada em Imbaú e a Jornada de Agroecologia realizada em Irati, Paraná, que contou com depoimento do Movimento dos Atingidos. Essas informações foram registradas em diário de campo juntamente com descrições, impressões e reflexões resultantes das vivências da pesquisa.

Estar e permanecer em campo foi também vivenciar o cotidiano das pessoas que vivem nesses espaços participando de rodas de chimarrão, reuniões religiosas, encontros entre familiares, vizinhos, comadres e compadres, e outros momentos descontraídos nos quais fluíram as mais variadas prosas que, ao final, também compõem este estudo.

O capítulo seguinte a introdução apresenta uma discussão sobre os conceitos abordados neste estudo com algumas considerações sobre as práticas discursivas do setor de base florestal. No terceiro capítulo, apresenta-se um histórico deste setor no Brasil e no Paraná. No quarto capítulo, centrado no Município de Imbaú, abordam-se aspectos históricos, socioeconômicos e socioambientais com ênfase no processo de expansão das plantações de madeira. No quinto capítulo, de cunho analítico, são apresentados os resultados desta pesquisa. No sexto e último capítulo apresenta-se as conclusões. Nas considerações finais são feitos alguns apontamentos sobre o processo de construção deste estudo, notadamente, em relação à pesquisa de campo.

2 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E CONFLITO

O desenvolvimento enquanto uma “necessidade universal” pode ser entendido como um discurso historicamente construído após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, embora tenha sofrido importantes críticas entre as quais o desenvolvimento sustentável, apresenta grande capacidade de renovação e continuidade. Conforme Veiga (2006), “[...] a ideia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece na nossa época.” (VEIGA, 2006, p. 30) e para Furtado (1974) “Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso* [...]” (FURTADO, 1974, p. 16, grifo do autor), nesse sentido esse autor afirma

Como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas culturais *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o sistema predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75, grifos do autor).

Um marco significativo para a legitimação da ideologia do desenvolvimento foi o discurso de posse do presidente estadunidense Harry Truman, em 1949, no qual a utilização da noção de subdesenvolvimento associada aos países economicamente atrasados estabeleceu uma divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Conforme Radomsky (2014), “[...] ao enunciarmos algo utilizamos recursos de poder para construir realidades [...]”, e foi a partir daquele “[...]ato de fala[...]” que dois terços da população mundial foram “[...] denominadas de, e portanto tornadas, ‘subdesenvolvidas’ como uma verdade cabal.” (RADOMSKY, 2014, p. 171-172, grifos do autor).

A partir daquele discurso se difundiu o ideário de que os países pobres, agora classificados como subdesenvolvidos, poderiam se desenvolver seguindo os preceitos norte-americanos com a ajuda e cooperação internacional através de instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo Veiga (2005), até os anos 1960, desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, medido pelo PIB *per capita*, uma vez que “[...] as poucas nações desenvolvidas eram as que haviam se tornado ricas pela industrialização [...]” e os países tratados como subdesenvolvidos “[...] eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado.” (VEIGA, 2005, p. 18-19). Conforme Veiga (2005), naquele mesmo período foi se evidenciando que a industrialização não resultava, necessariamente, em melhorias na qualidade de vida associada ao

acesso a bens materiais e culturais como saúde e educação, e passou a se questionar o desenvolvimento em termos de crescimento econômico.

Foi também após a Segunda Guerra Mundial que emergiu o debate em torno da questão ambiental devido à complexificação das interrelações entre sociedade e natureza e dos riscos decorrentes da deteriorização dos recursos naturais. Entre os marcos desse debate estão o movimento ambientalista dos anos 1960, a Conferência de Estocolmo (Estocolmo, 1972), o Relatório de *Brundtland* também conhecido como Nosso Futuro Comum (1987), a Cúpula da Terra ou Rio-92 (Rio de Janeiro, 1992), e as conferências que se seguiram como a Rio+10 (Johanesburgo, 2002), e Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012).

A partir dessas discussões surgiram propostas de ação global como a Agenda 21 e as Metas para o Milênio e se consolidou a noção de desenvolvimento sustentável como “[...] um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.” (ONU, 1987). Conforme Zhouri (2014), essas ações configuram uma mera “[...] conciliação entre interesses econômicos, ambientais e sociais a fim de adequar o modelo clássico de desenvolvimento [...]” (ZHOURI, 2014, p. 111), às novas demandas sociais, sem promover mudanças reais na forma de se apropriar e se relacionar com o meio.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável não representa uma ruptura com a ideologia do desenvolvimento, antes, busca, a partir do “[...] paradigma da adequação [...]” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2014, p. 52) legitimar novas formas de expansão do capital sobre os espaços, colocando o “[...] mercado como protagonista central da estabilização ambiental do desenvolvimento capitalista.” (ACSELRAD, 2014, p. 09).

2.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A noção de desenvolvimento sustentável, institucionalizada nos anos 1990, prevê a conciliação entre os interesses sociais, econômicos e ambientais. Nessa perspectiva, o conflito ambiental surgiria atrelado a problemas de escassez e má gestão dos recursos e os “[...] efeitos não sustentáveis do desenvolvimento [...]” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014, p. 12) seriam passíveis de resolução através da adoção de processos mais eficientes atribuindo “[...] ao

mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, ‘economizando o meio ambiente’ e abrindo o mercado para novas tecnologias ditas limpas.” (ACSELRAD, 2004a, p. 23, grifos do autor). Os problemas ambientais seriam, portanto, de ordem técnica, despolitizados, cabendo aos peritos e especialistas encontrarem a solução para o conflito.

Por outro lado, Serje (2010) aponta que os conflitos emergem justamente de processos de resistência à implantação de projetos, programas ou políticas de desenvolvimento, mesmo em suas formas mais “amigáveis” como o etnodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. As iniciativas em prol do desenvolvimento provocam transformações na paisagem e nos territórios, sobretudo no meio rural, sendo o conflito resultante da “[...] *confrontación entre diferentes formas de producir el sustento, diferentes experiencias de vida, de trabajo y formas diversas de entender el devenir y el futuro.*” (SERJE, 2010, p. 3).

Desse modo, os problemas ambientais deixam de ser estritamente técnicos, pois, conforme Acselrad (2014), o “[...] ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados.” (ACSELRAD, 2014, p. 7). Sendo assim, o conflito ambiental (ACSELRAD, 2004a), socioambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014), ou socioecológico (MARTÍNEZ-ALIER, 2012), emerge, enquanto um problema social, resultando do embate entre atores com distintas formas de se apropriar (técnica, social e culturalmente) e se relacionar com o meio. Neste estudo entende-se o conflito a partir da definição apresentada por Acselrad (2004a):

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004a, p. 26).

Desse modo, os conflitos evidenciam “[...] as contradições internas aos modelos de desenvolvimento, isto é, à combinação de atividades privilegiadas pelos países (e, em particular, pelos governos), sua disposição espacial, a destinação social da produção e o modo pelo qual ela é efetuada.” (ACSELRAD, 2014, p. 8). Entretanto, Acselrad (2004a) afirma que para que se reconheça o conflito é preciso que haja a denúncia, a quebra do “[...] acordo simbiótico [...]” (ACSELRAD, 2004a, p. 25) entre os atores sociais que convivem e passam a disputar material e simbolicamente o mesmo espaço.

Nesse sentido, movimentos sociais como os atingidos por barragens, os seringueiros do Acre, as quebradeiras de coco babaçu, os atingidos pelos monocultivos de eucalipto, entre outros, lutam há muitos anos contra o avanço das relações capitalistas e consequente contaminação e degradação de seus “[...] espaços de vida [...]” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 12), buscando o que tem sido identificado como justiça ambiental (ACSELRAD, 2004b). São esses sujeitos que, a partir das situações vivenciadas nos lugares, passam a questionar o modelo de desenvolvimento imposto, mesmo quando adjetivado de sustentável, “[...] contestando na prática os pressupostos do projeto de modernização ecológica [...]” (ACSELRAD, 2004a, p. 33). A esse respeito, Zhouri (2014) comenta que

[...] as mobilizações locais que emergem a partir das situações de conflito trazem à pauta uma perspectiva distinta fundamentada sobre racionalidades diferenciadas de apropriação da natureza em oposição ao jogo da mitigação e da compensação estruturante do campo ambiental na atualidade [...] Isso traz à pauta a politização do debate a partir do princípio da diversidade cultural e da relação de classes que permeia o meio ambiente, possibilitando explicitar as diferentes visões do que seja *impacto ambiental, sustentabilidade, problema ambiental, população atingida*, entre outras categorizações. (ZHOURI, 2014, p. 120, grifos do autor).

A origem do movimento por justiça ambiental, também denominado de ecologismo dos pobres por Martinez-Alier (2012), remonta às lutas por direitos civis contra as práticas de racismo ambiental que ocorreram nos Estados Unidos na década de 1980 inspiradas na luta pelos direitos da população negra dos anos 1960. Naquele contexto, foi identificado que a alocação de resíduos perigosos, como lixo tóxico, aterros sanitários e demais danos ambientais do desenvolvimento, era fortemente correlacionada com a composição racial da população do entorno, seguida pela renda ou índices de pobreza, gerando assim desigualdades ambientais (ACSELRAD, 2004b). O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, cuja apropriação dos recursos ambientais se dá de forma concentrada, também destina as maiores cargas de contaminantes e demais efeitos não sustentáveis do desenvolvimento às populações socialmente mais vulneráveis (populações negras, indígenas ou sem recursos econômicos).

Conforme Acsehrad (2004b), os movimentos por justiça ambiental agem tanto no plano concreto, material, onde ocorre a “[...] distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais [...]” e se evidenciam as relações desiguais de poder sobre a apropriação do meio, como no plano simbólico, “[...] onde vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do

ambiente, da justiça, etc. [...]” (ACSELRAD, 2004b, p. 29) e se contesta a legitimidade da distribuição de poder sobre o ambiente.

Nesse sentido, o conflito “[...] vem justamente problematizar a objetividade aparente das noções de problema e de impacto, o que implica igualmente o questionamento acerca da noção de meio ambiente como realidade objetiva e externa à sociedade, portanto passível de apreensão e mensuração técnica e científica.” (ZHOURI, 2014, p. 118). Nos processos de denúncia os sujeitos evocam diferentes matrizes de sustentabilidade na busca por uma vida digna o que pressupõe a garantia de reprodução e continuidade de seu modo de viver e se apropriar material, social e culturalmente do meio, colocando por vezes sob questão a sustentabilidade empresarial.

Na seção a seguir, busca-se evidenciar algumas práticas discursivas adotadas pelo setor de base florestal em relação à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

2.1 CERTIFICANDO A SUSTENTABILIDADE: A ECOEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DO SETOR FLORESTAL

A noção de sustentabilidade tal como é concebida hoje pela tríade ambiental-econômico-social remonta ao Século XVII quando foram publicados estudos sobre o modo de exploração predatório dos recursos florestais na Europa que embasaram as ciências florestais modernas. Malvezzi (2013) cita os estudos de Evelyn (1664, Inglaterra), Colbert (1669, França) e Carlowitz (1713, Alemanha), os quais assinalavam uma preocupação com relação à existência de recursos imprescindíveis às futuras gerações, como a madeira, e indicavam modos mais sustentáveis de exploração, desde o manejo à reposição florestal.

Embora a sustentabilidade, entendida como um campo reflexivo que trata da continuidade do mundo, acompanhe a história humana de longa data, Malvezzi (2013) afirma que “[...] a busca pela sustentabilidade, como uma problemática globalizada, é uma questão do Século XXI, pois os riscos intrínsecos à sociedade atual não poderão ser controlados em curto prazo.”. Entretanto, essa autora ressalta que “[...] para o desenvolvimento, a sustentabilidade é vista como uma oportunidade de negócio [...]” (MALVEZZI, 2013, p. 68), e assinala que, a partir dos anos 1990, as empresas assumiram o discurso da responsabilidade socioambiental e, assim, deixaram de ser as vilãs ecológicas, responsáveis por problemas como a poluição, e passaram a representar a solução para esses mesmos problemas.

Conforme Martínez-Alier (2012), esse “[...] vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável [...]” se daria através da ecoeficiência, uma das principais correntes do ambientalismo contemporâneo, cuja preocupação está “[...] direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna.” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 26-28). O “[...] credo ou evangelho - da ecoeficiência [...]”, como denomina esse autor, “[...] acredita no *desenvolvimento sustentável*, na *modernização ecológica* e na *boa utilização* dos recursos. Preocupa-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais [...]” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 26-27). Assim, os impactos ambientais são tratados como questões técnicas e, portanto, passíveis de serem resolvidos ou mitigados pelo avanço tecnológico elaborado pelo saber científico de engenheiros e outros especialistas (LASCHEFSKI, 2014).

Na análise sobre a silvicultura transnacional no pampa do Uruguai, Brasil e Argentina, Gautreau (2014) aponta que o discurso do setor de base florestal passou do desenvolvimentismo produtivista à ecoeficiência, um tipo de neodesenvolvimentismo, que “[...] *se apoya en un lenguaje de valoración que hace de la gestión empresarial o del «management» agroindustrial un modelo-solución a aplicar a temas sociales y ambientales, y hace de las grandes empresas los actores sociales más legítimos para tratarlos.*” (GAUTREAU, 2014, p. 213, grifos do autor).

Nesse discurso, as plantações de madeira para fins industriais tornam-se florestas plantadas que contribuem no combate às mudanças climáticas com a captação e estoque de gás carbônico, diminuem a pressão sobre florestas nativas ao fornecer matéria prima e energia de fontes renováveis, além de promover o desenvolvimento socioeconômico local. Como exemplo disso, a comercialização de créditos de carbono tem impulsionado plantações de madeira (eucalipto) tratadas tecnicamente como sumidouros de carbono que avalizam a continuidade de emissões de gases de efeito estufa pela sociedade urbano-industrial (LASCHEFSKI, 2014).

Martínez-Alier (2012) chama atenção para a tendência crescente de grandes empresas publicizarem suas práticas ecoeficientes via informes ambientais disponíveis para a sociedade em geral. Gautreau (2014) enfatiza que devido ao pioneirismo dos empreendimentos florestais face às certificações de sustentabilidade, estes, não raro, reivindicam serem os únicos produtores rurais que respeitam as leis ambientais vigentes e cuja produção contribuiu com a preservação dos recursos naturais, outorgando-se uma posição central para o desenvolvimento sustentável.

La insistencia de estas empresas sobre esta actividad voluntaria, a través de sus sitios web o de sus informes anuales de actividad, demuestra que a través de ella se busca dar una imagen de buen gestor del medio ambiente, se hace gala de una «expertise» en materia de conservación que otros productores no poseen [...] no se trata por ende ni de una actividad que compense el impacto ambiental de las plantaciones, ni de medidas que mejoren la calidad ambiental de las tierras adquiridas; a lo sumo, permiten mantener intocados ecosistemas preexistentes. (GAUTREAU, 2014, p. 221, grifos do autor).

Para Almeida (2011), essas práticas discursivas compõem o que esse autor (*ibidem*) denomina de agroestratégia florestal e, ao contrário dos ruralistas, cuja prática tem sido esvaziar a questão ambiental, negligenciar a sustentabilidade e a função social da terra, o setor industrial de base florestal tem se apropriado dessa questão, conforme ilustram os trechos a seguir:

Além da proteção de uma área significativa de habitats naturais, as empresas do setor cultivam as árvores plantadas sob a forma de mosaicos, intercalando os plantios com florestas nativas, criando os chamados “corredores ecológicos”. O conceito de mosaicos florestais considera a paisagem florestal como um “quebra-cabeças” de diferentes usos do solo, trabalhando na escala de paisagens para planejar as atividades produtivas e, ao mesmo tempo, proteger os ecossistemas naturais e os serviços por eles oferecidos. (IBA, 2015, p. 50-51, grifos do autor).

As empresas do setor de árvores plantadas associadas à Ibá contribuíram para a preservação de ecossistemas e a recuperação de áreas degradadas, ao proteger 2,1 milhões de hectares na forma de Reserva Legal (RL), Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). (IBA, 2014, p. 79).

De acordo com a análise de Almeida (2011), é possível diferenciar as estratégias do agronegócio agropecuário e florestal-madeireiro no que concerne à questão ambiental. Entretanto, no que tange as questões produtivas observa-se uma convergência das estratégias voltadas para ações tais como “[...] legitimar a expansão dos cultivos homogêneos para fins industriais em todos os biomas, sedimentando os grandes empreendimentos vinculados ao mercado de *commodities*; reduzir a área correspondente à Amazônia Legal [...]; reduzir a faixa de fronteira de 150 km para 50 km [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 30).

Para esse autor, “[...] é como se o desenvolvimento capitalista tivesse duas vertentes em sua expansão: uma vertente de destruição da floresta, com as novas *plantations* [...] e essa outra vertente que é de conservar a floresta e preservar a biodiversidade [...]” (ALMEIDA 2011, p. 39, grifos do autor), ou ainda, como afirma Acselrad (2004a), “[...] duas concepções de *natureza* [...] uma *natureza natural* que se pretende conservar [...] e uma *natureza ordinária*, a ser exposta aos diversos apetites econômicos [...]” (ACSELRAD, 2004a, p. 28, grifos do autor).

Almeida afirma ainda que “[...] as agroestratégias fazem interpenetrar os campos políticos e de poder, renovando o pacto conservador [...] sob uma imagem iludida de consenso apoiada em *progresso tecnológico e crescimento econômico* combinados com *grandeza nacional*.” (ALMEIDA, 2011, p. 30, grifos do autor). Nessa articulação, porta-vozes como a Ibá falam em nome do interesse dos produtores, sejam grandes, médios ou pequenos, mas diferenciam os grandes grupos (certificados) quando a associação com o coletivo lhes é desfavorável. Como se os efeitos negativos da produção de madeira decorressem, exclusivamente, da atividade daqueles que ainda não se adequaram à sustentabilidade florestal.

Na prática, os empreendimentos ligados ao setor florestal-madeireiro têm atestado sua ecoeficiência por meio de certificações com destaque para os selos FSC e CERFLOR-PEFC. Paiva (2011) ressalta os benefícios da certificação “[...] como um instrumento normativo de diferenciação no mercado e de credibilidade frente aos consumidores.” (PAIVA, 2011, p. 27), notadamente, junto aos mercados europeu e norte-americano cujo acesso está condicionado, em partes, ao cumprimento de boas práticas de manejo.

Entretanto, essa autora alerta que “[...] o processo de certificação não emerge sem conflitos [...]” (PAIVA, 2011, p. 32), inerentes à ação social. O sistema de certificação FSC, criado em 1993, está presente no país desde 1996, mas segundo essa autora (*ibidem*) um comitê para a resolução de conflitos só foi instaurado no FSC-Brasil em 2011. Na ocasião o comitê avaliou a certificação da Veracel Celulose S.A. concedida pela *SGS-Qualifor* que resultou na perda por parte da SGS da autorização para conduzir processos de certificação no Brasil. Contudo, a Veracel, de propriedade conjunta da brasileira Fibria (ex-Aracruz) e da multinacional sueco-finlandesa Stora-Enso, permanece com o selo FSC. Nesse sentido, Zhouri, Laschefski e Pereira (2014) comentam que instrumentos como as certificações e os estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA) são elaborados para legitimar tais projetos e raramente os inviabilizam.

Leyton (2008), ao analisar impactos ambientais gerados pela expansão do cultivo de eucalipto no interior do estado de São Paulo, aponta que “[...] a certificação florestal de empresas do setor madeireiro não significa a ausência de eucalipto em áreas de preservação permanente [...]” e ressalta que “[...] a expansão da silvicultura provoca impactos além do âmbito exclusivamente ambiental, influenciando nas regiões onde ocorre social, econômica e politicamente.” (LEYTON, 2008, p. 60).

Ademais, processos de certificação como o FSC contam com membros oriundos de instituições ambientalistas financiadas pelo setor florestal-madeireiro além de ampla representação da indústria de base florestal (FSC, [?]). Desse modo, é possível questionar quem estabelece o que é sustentável ou como coloca Martínez-Alier (2012) “[...] afinal, de onde são provenientes tais normas e padrões?”, ou ainda, “[...] quem certifica os certificadores? [...]” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 69; 266).

Para Malvezzi (2013), a sustentabilidade apresentada como um ideal comum, aparentemente neutra, é fruto do exercício de poder pelas classes dominantes. Caberia, portanto, “[...] uma reflexão sobre como a hierarquia social de valores que sustenta as discussões e ações em torno da sustentabilidade tem sido capaz de incluir as diversas vozes enredadas por essa problemática.” (MALVEZZI, 2013, p. 109). Nesse sentido, caberia analisar como as práticas discursivas de atores sociais, como o setor de base florestal, têm incluído e/ou excluído e até silenciando as vozes de sujeitos que apontam a existência de impactos e, por vezes, conflitos, decorrentes de seus projetos de desenvolvimento, mesmo com caráter sustentável.

3 HISTÓRICO DO SETOR FLORESTAL

Para a construção deste capítulo optou-se pela divisão em três partes: na primeira há uma síntese do processo histórico de implantação e consolidação da indústria de base florestal no Brasil; na segunda a ênfase recai sobre o estado do Paraná, destacando o processo de involução da floresta paranaense colocada como sinônimo de atraso; e na terceira parte, abordam-se as plantações de madeira no estado, evidenciando o discurso da floresta, leia-se plantações de madeira, como promessa de desenvolvimento.

3.1 A INDÚSTRIA DE BASE FLORESTAL NO BRASIL

As primeiras plantações de madeira no Brasil datam do início do Século XX. Segundo Ferraro (2005), foi por volta de 1903 que Edmundo Navarro de Andrade, considerado um ícone da silvicultura no país, implantou nos Hortos da Cia Paulista de Estradas de Ferro a silvicultura moderna de eucalipto. Conforme esse autor (*ibidem*), Navarro foi responsável pela formulação de um conhecimento teórico-prático sobre silvicultura que só seria superado muitos anos depois. Entretanto, não atingiu seu objetivo conservacionista de evitar a devastação das florestas através da produção de lenha de eucalipto em substituição à lenha produzida com espécies nativas.

A expansão da atividade ocorreu a partir da década de 1960, durante a ditadura militar, impulsionada pelo Estado através do Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR) e da Lei de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento (BRASIL. Lei n. 5.106 de 02 de setembro de 1966) instituídos a partir do 2º Código Florestal promulgado em 1965.

Conforme Fajardo (2008), a configuração agrária brasileira foi fortemente modificada no final dos anos 1960 através de um intenso processo de modernização e integração entre produção agrícola e indústria, sendo o Estado o principal financiador dessas transformações por meio da concessão de créditos subsidiados pelos bancos de desenvolvimento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que em 1982 passou a se denominar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com Binkowski (2014), já na década de 1950 foi iniciado um movimento migratório de empresas de base florestal localizadas em países do hemisfério norte como Canadá,

Estados Unidos, Finlândia, Noruega e Suécia, notadamente as produtoras de papel e celulose, para países do hemisfério sul como o Brasil, atraídas por menores custos de produção e onde, teoricamente, haveria grandes extensões de terras disponíveis. Essa autora (*ibidem*) identifica três movimentos da silvicultura no Brasil, sendo o primeiro de formação e expansão do setor de base florestal que perdurou de meados do Século XIX até 1979, o segundo movimento seria caracterizado pela modernização e consolidação do setor de base florestal (1980-2000) e o terceiro, que compreende a fase atual, marcado por uma nova geopolítica da silvicultura no mundo (BINKOWSKI, 2014).

Como resultado do PIFFR a área com plantações de madeira, a qual não chegava a 500 mil hectares, cresceu 4,3 milhões de hectares entre 1966 e 1986, sendo que em 1976 o país já ocupava a quarta posição em incentivos à produção florestal, depois de China, União Soviética e Estados Unidos (SOARES; SILVA; CORDEIRO, 2014). Todavia, o montante de incentivos fiscais concedidos nos moldes da lei supracitada deveriam ter viabilizado o plantio de 6,2 milhões de hectares os quais não se efetivaram devido a fraudes e desvios na aplicação dos recursos financeiros bem como a problemas técnicos na instalação das plantações (BACHA, 2008).

O fim dos incentivos fiscais em 1986 causou a redução da área anualmente plantada e afetou o abastecimento de madeira nos anos seguintes, porém, conforme Bacha (2008) “[...] não implicou, como se alegava na época, o término do plantio de florestas [...]” (BACHA, 2008, p. 11). Tanto é que o setor continuou se ampliando via investimentos privados financiados por bancos estatais como o BNDES que “[...] disponibilizou crédito facilitado e ajudou a consolidar empresas do setor de madeira, celulose e papel, entre elas a Aracruz Celulose, a Klabin Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Suzano Papel e Celulose.” (BINKOWSKI, 2014, p. 20). Embora os incentivos fiscais que vigoraram entre 1966 e 1986 sejam apontados como a principal iniciativa estatal de apoio ao setor, a consolidação das atividades de base florestal se deu com amplo apoio do Estado não só em termos econômicos como também em relação à pesquisa, assistência técnica e extensão.

Dentre as medidas estatais implementadas após os incentivos fiscais, Leyton (2008) cita o Programa Nacional de Florestas (PNF), criado no ano 2000 e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de “[...] articular as políticas públicas setoriais e criar novas linhas de crédito para pequenos e médios imóveis rurais para o plantio e manejo de recursos

florestais, dentre eles o plantio de espécies comerciais como o eucalipto.” (LEYTON, 2008, p. 18).

Bacha (2008) aponta dois programas de crédito rural lançados em meados de 2002 em resposta ao déficit de madeira para fins industriais oriunda de plantações, o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA) e o PRONAF-Florestal, linha de crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ambos financiados pelo BNDES (FISCHER, 2009). Embora os recursos do PROPFLORA e PRONAF-Florestal possam ser utilizados para recuperação de vegetação nativa como áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), de acordo com Bacha (2008) e Fischer (2009), são utilizados, sobretudo, para estimular a produção de madeira em pequenas e médias propriedades visando atender a demanda industrial.

Nos últimos cinco anos foram estabelecidas importantes medidas de apoio à expansão do setor e observa-se uma aproximação ainda maior entre o Estado e a indústria de base florestal, cuja articulação aciona o discurso da sustentabilidade conjugado com as promessas do desenvolvimento como oferta de empregos, aumento de renda e melhorias na qualidade de vida (BRASIL, 2014).

Como exemplo dessas medidas, o Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), aprovado em maio de 2011, apresenta as ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário a fim de contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE). Dentre os objetivos propostos estão “[...] promover as ações de reflorestamento no país, expandindo a área com Florestas Plantadas, atualmente, destinada à produção de fibras, madeira e celulose em 3,0 milhões de hectares, passando de 6,0 milhões de hectares para 9,0 milhões de hectares [...]” e “[...] aumentar a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em 4,0 milhões de hectares [...]” (BRASIL, 2012). Para tanto conta com uma de linha especial de crédito e a parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Em 2012 foi aprovada a Política Nacional de Florestas Plantadas (PNFP) e o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDFP), articulados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), cuja proposta é incentivar a

atividade e proporcionar a expansão do setor (BRASIL, 2015). Ao final de 2014 foi atendida uma antiga reivindicação do setor, a saber, as atividades de base florestal, como a silvicultura, foram desvinculadas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) passando para o âmbito de ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Acompanhando essa transição foi instituída a Política Agrícola para as Florestas Plantadas integrada ao Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, tendo como primeiro objetivo “[...] aumentar a produção e a produtividade das florestas plantadas [...]” (BRASIL. Decreto n. 8.375, de 11 de dezembro de 2014).

Outra medida de destaque foi a liberação comercial do eucalipto transgênico em resposta à solicitação da FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda., empresa de biotecnologia da Suzano Papel e Celulose, a qual foi aprovada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 09 de abril de 2015, sob intensos protestos de movimentos sociais contrários à medida (AGENCIA BRASIL, 2015). O Brasil possui a segunda maior área plantada de organismos geneticamente modificados do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos e na frente da Argentina (IBA, 2014), mas foi o primeiro país a liberar o cultivo de eucalipto transgênico.

Ainda em 2015 foi lançada a Frente Parlamentar da Silvicultura⁶ que conta com assinatura de 189 deputados federais e 22 senadores fortalecendo a representatividade dos interesses do setor no congresso nacional. Em linhas gerais, a bancada se comprometeu a defender o uso sustentável e racional das florestas brasileiras, incluindo as plantações de madeira, mas uma de suas primeiras ações foi solicitar o fim da restrição à compra de terras por estrangeiros especialmente em áreas de fronteira.

Embora o atual quadro político esteja, aparentemente, favorável à ampliação das atividades de base florestal no país, este setor, juntamente com outros representantes do agronegócio, busca a flexibilização da legislação considerada como empecilho à expansão de suas atividades a fim de promover “[...] o aumento da produtividade setorial, a redução dos custos de produção e a largada do país para uma nova rodada de investimentos no setor.” conforme enfatiza a Ibá (2014, p. 39-40). Nesse sentido, o presidente da Câmara de Florestas Plantadas do MAPA, Walter Rezende, afirma que para viabilizar esse novo ciclo de crescimento é preciso superar dificuldades encontradas pelo produtor como o licenciamento ambiental, burocracia para a liberação de insumos químicos, encargos trabalhistas onerosos, infraestrutura inapropriada,

⁶ Frente Parlamentar da Silvicultura. Disponível em:
<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/454.asp>. Acesso em: 28 mar. 2016.

entraves aos investimentos estrangeiros, entre outros (CANAL DO PRODUTOR, 2016). Em suma, esse cenário aponta para a expansão da atividade no Brasil legitimada pelo Estado.

A seguir, são apresentados dados referentes à produção da cadeia produtiva de base florestal a qual representa a materialização dos arranjos políticos e econômicos relacionados a esse setor no país.

3.1.1 A cadeia produtiva de base florestal

O SAG-Florestal compreende como atividades primárias a extração vegetal e silvicultura (plantio, manejo, colheita e pós-colheita de árvores) e como atividades secundárias abrange o beneficiamento e processamento da madeira *in natura* nos chamados produtos madeireiros, produtos florestais não madeireiros (PFNMs)⁷, serviços ambientais, além de envolver diversos setores como construção civil e naval, energético, farmacêutico, químico e alimentício (BACHA, 2008; FISHER, 2009).

Entre os principais produtos madeireiros produzidos no Brasil estão a celulose, diversos tipos de papel (para embalagens, de imprimir e escrever, papel cartão, *tissue* para fins sanitários, imprensa e especiais), painéis de madeira reconstituída, painéis compensados, pisos laminados, móveis, demais produtos sólidos de madeira (madeira serrada), carvão vegetal e outras biomassas para fins energéticos (IBA, 2015).

O cultivo de madeira para fins industriais é realizado, predominantemente, em sistema de monocultivo, podendo também ser realizado em sistemas agroflorestais (SAFs) nas modalidades silvipastoril e agrossilvipastoril que correspondem, respectivamente, ao cultivo de árvores consorciado com pastagem e ao cultivo de árvores consorciado com cultivo agrícola e pastagem. Instituições como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) têm difundido a concepção do sistema de integração entre lavoura, pecuária e floresta (iLPF) em quatro modalidades, sendo elas, agropastoril, agrossilvipastoril, silvipastoril e silviagrícola (BALBINO; BARCELLOS; STONE, 2011). Ainda segundo esses autores Balbino, Barcellos e Stone (2011),

⁷ Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) são recursos ou produtos biológicos da flora - que não a madeira - obtidos das florestas para subsistência ou para comercialização. Eles podem vir de florestas naturais, primárias ou secundárias, florestas plantadas ou sistemas agroflorestais. São exemplos de PFMNs: plantas medicinais, fibras, resinas, tipos de látex, óleos, gomas, frutas, castanhas, temperos, tinturas, bambu, etc. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/florestas-comunitarias/produtos-florestais-nao-madeireiros/manejo-de-produtos-florestais-nao-madeireiros-pfnm>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

os sistemas iLPFs compõe uma estratégia para implementação de sistemas de produção com base nos princípios do desenvolvimento sustentável adaptáveis tanto às pequenas e médias quanto às grandes propriedades rurais.

Em 2014, as plantações de madeira no Brasil totalizaram 7,74 milhões de hectares dos quais 5,56 milhões de hectares (71,9%) correspondem às plantações de *Eucalyptus spp.*, 1,59 milhões de hectares (20,5%) de *Pinus spp.* (IBA, 2015). Na área restante, cerca de 590 mil hectares (7,6%), são plantadas espécies como acácia (*Acacia mearnsii*), álamo (*Populus spp.*), araucária (*Araucaria angustifolia*), paricá (*Schizolobium parahyba var. amazonicum*), seringueira (*Hevea spp.*) e teca (*Tectona grandis*)⁸.

O país é referência internacional em silvicultura de *Eucalyptus spp.* e *Pinus spp.*, apresenta os melhores índices de produtividade e também se destaca pelo volume de madeira e subprodutos produzidos. Conforme a IBÁ (2014), o país ocupa a primeira posição na produção mundial de celulose de fibra curta (eucalipto), primeira na produção de carvão vegetal, quarta na produção de celulose (somadas de fibra curta e longa), oitava na produção de painéis reconstituídos e nona na produção de papel.

No Brasil, diferente de outros países, a indústria de base florestal apresenta elevado grau de integração vertical, isto é, as indústrias, principalmente de médio e grande porte, detém áreas com plantações de madeira para suprirem a própria demanda visando auto suficiência em termos de matéria prima (FISCHER, 2009; PAIVA, 2011). Como exemplo disso, em 2013, da área total de plantações de madeira 32% pertenciam ao segmento de celulose e papel, 15% às siderúrgicas a carvão vegetal e 6% às indústrias de painéis de madeira, 53% do total das plantações, cerca de 4 milhões de hectares, pertenciam a esse conjunto de indústrias (IBA, 2014).

Entretanto, de acordo com Fischer (2009), “[...] diversas condições, como restrições das normas ambientais e custos de produção, limitam a expansão de novos plantios por meio da integração vertical, levando as maiores empresas a desenvolverem a estratégia da coordenação vertical por meio de arrendamentos, parcerias e programas de fomento florestal.” (FISCHER, 2009, p. 6). Nos programas de fomento florestal, as empresas firmam parcerias com agricultores familiares para implantação de cultivos de madeira em pequenas parcelas (3 a 30 hectares),

⁸ Além das plantações de madeira, há no Brasil a categoria de Manejo Florestal via Concessão de Florestas Públicas visando exploração de madeira de espécies nativas, produtos florestais não madeireiros e serviços de turismo. A esse respeito consultar Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais/o-que-e-concessao-florestal/concessao-florestal-um-novo-paradigma-de-uso-das-florestas>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

através do fornecimento de mudas, insumos e assistência técnica. Desse modo, buscam aumentar a disponibilidade de matéria prima reduzindo custos de produção, pois conforme ressalta esse autor (*ibidem*) o principal atrativo é “[...] a redução dos investimentos em imobilizações com terras.” (FISCHER, 2009, p. 16).

Nas duas seções seguintes serão apresentadas considerações sobre a atividade florestal madeireira no Paraná.

3.2 NO PARANÁ, A FLORESTA COMO ATRASO

O Paraná é o terceiro estado brasileiro em área com plantações de madeira, atrás de Minas Gerais e São Paulo, e o primeiro em plantações de pinus, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul (IBA, 2014). As primeiras plantações expressivas de madeira no estado foram iniciadas na década de 1960 como resultado da política de incentivos fiscais cujo objetivo era substituir a madeira de araucária (*Araucaria angustifolia*), já escassa, e abastecer o setor de celulose e papel, privilegiando plantios do gênero *Pinus spp.* (EISFELD; NASCIMENTO, 2015).

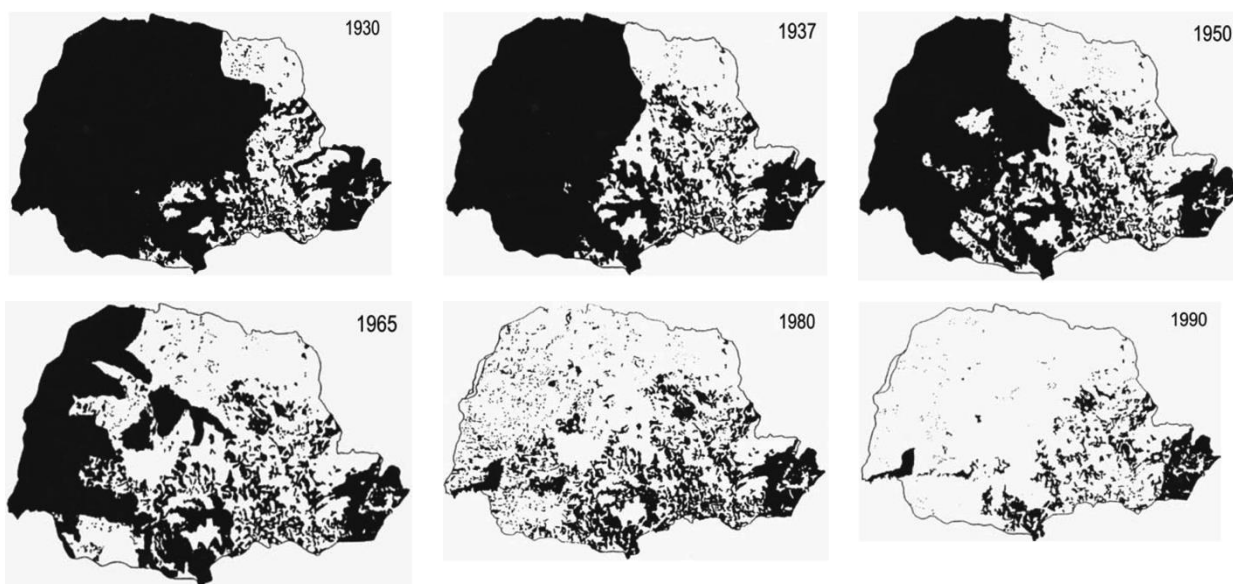
A escassez de madeira de araucária, bem como da Floresta Ombrófila Mista (FOM) ou Floresta de Araucária, é resultado da exploração predatória que ocorreu no estado a partir do Século XIX. Até então, as terras paranaenses haviam sido pouco exploradas, o principal produto comercial era a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e os povos indígenas e comunidades, hoje denominadas tradicionais, presentes nessas terras pouco haviam afetado a cobertura florestal que originalmente recobria 83% da área total do Estado.

A exploração de madeira se intensificou a partir da Primeira Guerra Mundial quando, por causa da guerra, se deixou de importar madeira de pinheiro da Europa e se passou a utilizar a madeira de araucária para atender tanto a demanda interna quanto abastecer os países platinos (Argentina, Paraguai e Uruguai) (HAUER, 2010). De acordo com Gubert (2010), o ciclo de exploração madeireira havia sido iniciado por volta de 1888 com a chegada das estradas de ferro que, ao ligarem o interior do estado ao porto de Paranaguá e aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, abriram caminhos para a extração de madeira de araucárias (*Araucaria angustifolia*), imbuías (*Ocotea porosa*) e outras canelas (*Ocotea odorífera*, *Ocotea catarinensis*), espécies que hoje se encontram na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Praticou-se uma exploração predatória e nômade na qual a madeira, bem como toda vegetação não aproveitada pelas serrarias, era queimada para limpeza do terreno onde se implantavam as roças-de-toco realizadas pelas frentes de ocupação agrícola. Essas frentes difundiram-se ainda mais para o interior a partir da década de 1930 quando se passou a utilizar transporte rodoviário o qual foi determinante para o avanço da fronteira agrícola e, conseqüentemente, das madeireiras (HAUER, 2010; SALLES, 2010).

Na medida em que avançavam levando o “progresso”, a floresta recuava em ritmo acelerado. Conforme ilustra a Figura 2, o período mais crítico de involução florestal se deu entre as décadas de 1930 e 1950, período de expansão cafeeira, no qual a cobertura florestal recuou de 64,12% para 39,67% de sua área original (GUBERT, 2010). A partir da década de 1960 foi a expansão da lavoura de soja, símbolo da agricultura moderna, ou melhor, da modernização agrícola conservadora, que impulsionou a devastação a oeste do estado.

Figura 2 - Involução Da Área Florestal Do Paraná, 1930-1990



Fonte: GUBERT, 2010. Adaptado pela autora.

De acordo com Salles (2010), o grande papel da indústria madeireira foi possibilitar o avanço das diferentes fronteiras agrícolas que se configuraram em frentes pioneiras as quais continuaram avançando mesmo após o estabelecimento do Código Florestal de 1964 e a implantação da política de incentivos fiscais aos plantios de madeira em 1966. Em 1964 foi

aprovado o Código Florestal que vigorou até 2012 no qual previa-se a proteção ou recomposição da vegetação natural em áreas de preservação permanente (APP) bem como a não utilização produtiva de parte da propriedade a título de reserva legal (RL), esta última correspondendo a 20% da área total da propriedade rural inserida no bioma Mata Atlântica.

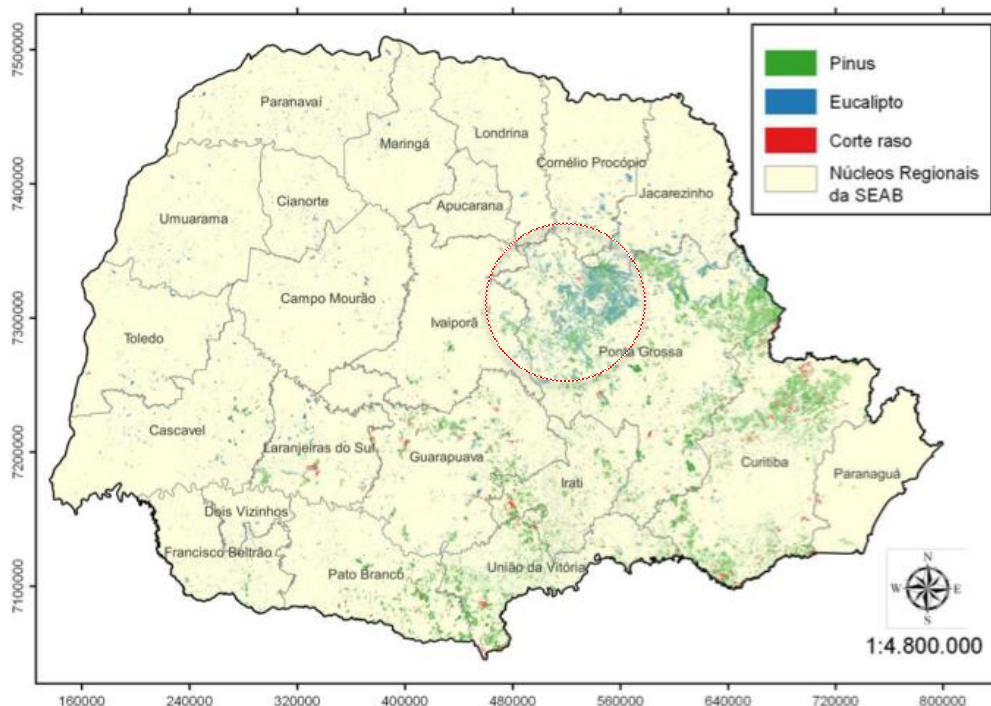
Como resultado desse modelo de ocupação, restaram no Paraná apenas 5,2% da cobertura vegetal original concentrada no litoral (Serra do Mar) e no entorno do Parque Nacional do Iguaçu (GUBERT, 2010). Segundo o levantamento realizado por Accioly (2013), a cobertura vegetal arbórea chegaria a 18,51% da área do estado compreendendo áreas em diferentes estágios de regeneração. Com relação à Floresta de Araucária, estima-se que restam menos de 0,8%, cerca de 70 mil hectares, distribuídos em pequenos fragmentos de áreas em bom estado de conservação equivalentes às florestas originalmente existentes no Paraná (SPVS, [?]).

3.3 NO PARANÁ, A FLORESTA COMO DESENVOLVIMENTO

Embora a cobertura florestal e o potencial madeireiro nativo tenham sofrido um processo intensivo de exploração e colocado espécies madeireiras na lista de ameaçadas de extinção o Paraná é destaque no setor industrial de base florestal. O segmento é o terceiro item na pauta de exportações do estado, perdendo apenas para a soja e carnes, apresenta um mercado consolidado e diversificado que envolve desde a produção de lenha, carvão vegetal, madeira em tora e painéis, com destaque para a produção de celulose e papel, ramo em franca expansão.

Segundo o Mapeamento dos Plantios Florestais do Paraná organizado por Einfeld e Nascimento (2015), os plantios de pinus e eucalipto somam 1.066.479 hectares representando 5,4% da área do estado (Figura 3). Da área total mapeada, 61,3% correspondem às plantações de espécies do gênero *Pinus spp.* (conífera), 31,9% do gênero *Eucalyptus spp.* (folhosa) e 6,8% a áreas de corte raso ou recém-plantadas onde não se identificou o gênero cultivado. Há também plantios menores de espécies nativas como a bracatinga (*Mimosa scabrella*), utilizada para lenha, e a araucária (*Araucaria angustifolia*).

Figura 3 - Mapa dos Plantios de *Pinus Spp.* E *Eucalyptus Spp.* no Paraná



Fonte: Eisfeld e Nascimento (2015). Adaptado pela autora.

Nota: em destaque localização aproximada da Microrregião de Telêmaco Borba (em vermelho).

Nos últimos 10 anos a área com eucalypto praticamente triplicou e passou de 115.000 hectares, em 2005, para 340.000 hectares, em 2015, aumento motivado pela expansão da produção de celulose e papel concentrada na microrregião de Telêmaco Borba. Já com relação às plantações de pinus houve uma pequena redução da área cultivada que, no mesmo período, passou de 677.000 para 653.000 hectares (ABRAF, 2006; EISFELD; NASCIMENTO, 2015). Ainda de acordo com esse levantamento, o Núcleo Regional de Ponta Grossa concentra 37% dos plantios do estado, totalizando 393 mil hectares, com destaque para a Microrregião de Telêmaco Borba, com 160 mil hectares, onde estão localizadas duas unidades fabris de uma das maiores empresas de papel e celulose do país, a Klabin.

3.3.1 Klabin do Paraná

Fundada em 1899 no estado de São Paulo, a Klabin possui atualmente 16 unidades industriais, 15 unidades estão sediadas em sete estados brasileiros e uma unidade na Argentina,

sendo a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil e líder na produção de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais (KLABIN, [?]).

A história da Klabin no Paraná remonta à década de 1930 quando a importação de celulose para fabricação de papel tornou-se muito cara devido à quebra da bolsa de Nova Iorque e a crise do café, a época principal produto de exportação brasileira, período no qual o Estado criou estímulos para a implantação desse ramo no país. Somados ao encarecimento da matéria prima importada, ao final da década se iniciaria a Segunda Guerra Mundial, ocasionando a interrupção de trocas comerciais com os países europeus (CUNHA, 1982).

Em 1932, o grupo industrial adquiriu a Fazenda Monte Alegre, o maior latifúndio dos Campos Gerais, com 65 mil alqueires formado no Século XVIII após o massacre de indígenas caingangues que originalmente ocupavam aquelas terras. A aquisição da fazenda no sertão paranaense foi motivada pela importante reserva de araucárias, cuja madeira seria utilizada como matéria prima para a fabricação de papel, e pelo potencial de aproveitamento hidráulico da região. A construção da primeira unidade fabril da Klabin atraiu grande contingente populacional na década de 1940 condicionando a formação da localidade Cidade Nova, atual Município de Telêmaco Borba, e se tornou o centro econômico, social e político da região (CUNHA, 1982).

O grupo Klabin foi pioneiro na adoção de uma linha de produção integrada (produção conjunta de celulose e papel) a partir de matéria prima nacional (madeira de araucária), constituindo um marco na produção de celulose e papel no país. Em linhas gerais, a produção de papel a partir da celulose extraída da madeira envolve as seguintes etapas: atividades de silvicultura até a colheita da madeira; descascamento da madeira ainda em tora; picagem ou trituração em cavacos (pequenos pedaços); peneiramento; extração de celulose; branqueamento; fabricação do papel (NEUTZLING; MAUCH PALMEIRA, 2007).

O papel pode ser produzido a partir de celulose de fibra longa e de de fibra curta, podendo também ser produzido a partir da mistura dos dois tipos de celulose. A celulose de fibra longa é extraída de coníferas (gimnospermas), como araucária e pinus, propicia maior resistência mecânica ao papel sendo utilizada na produção de embalagens (sacos de cimento), papelão ondulado e outros tipos de papel cartão. A celulose de fibra curta é extraída de espécies folhosas (angiospermas), como o eucalipto, confere maior opacidade e maciez sendo utilizada na produção de papel tissue (para fins sanitários), papel para imprimir e escrever, e alguns tipos de papel-cartão.

A produção em grande escala de celulose de eucalipto foi iniciada na década de 1950 e com o tempo se tornou a principal fonte de fibras para a indústria. Isso se deve aos altos índices de produtividade alcançados com o cultivo de híbridos (plantações clonais) que passou de 24 m³/ha/ano, nos anos 1980, para 40 m³/ha/ano, nos anos 2010, com potencial para atingir até 70m³/ha/ano com o recém aprovado eucalipto transgênico.

A Klabin tem acompanhado as transformações não somente do processo produtivo de papel e celulose como também com relação às questões socioambientais. Na década de 1990, com a abertura comercial da economia brasileira, a empresa passou a se voltar para o mercado externo e buscou se adequar às novas exigências (ambientais) impostas pelos mercados europeu e norte-americano, obtendo, em 1998, a certificação florestal FSC.

Atualmente, o Brasil é apontado por seu potencial em fornecer *commodities* limpas (certificadas) e suprir grande parte da demanda mundial por madeira e, principalmente, por celulose e papel (IBA, 2015). Nesse sentido, o Estado tem apoiado o aumento da capacidade produtiva de indústrias como a Klabin que, com financiamento do BNDES, inaugurou em junho de 2016 a unidade fabril PUMA-Klabin, no município de Ortigueira.

Na nova unidade serão produzidas anualmente um milhão e meio de toneladas de celulose sendo necessárias quase quatro milhões de toneladas de tora de pinus e eucaliptos para abastecer a fábrica (KLABIN, [?]). Conforme Almeida; Silva; Angelo (2012), o abastecimento da unidade Klabin de Telêmaco Borba abrange um raio de aproximadamente 75 quilômetros atingindo mais de 30 municípios (Figura 4), mas com a nova unidade fabril em Ortigueira e a promessa de mais investimentos na região antes mesmo de terminada as obras em Ortigueira⁹, esse raio de abrangência tende a se expandir.

⁹ Sobre os novos investimentos foi noticiado: “Klabin planeja investimento de R\$3,2 bilhões na região”. Além dos R\$ 8,6 bilhões previstos para o Projeto Puma, a companhia prevê novo investimento na planta de Ortigueira. (JORNAL DA MANHÃ. 12.02.2016).

Figura 4 - Área de atuação da Klabin no Paraná



Fonte: Almeida, Silva e Angelo, (2012). Adaptado pela autora.

Nota: Croqui do Estado do Paraná, em destaque área de atuação da Klabin (mancha cinza), localizações aproximadas da unidade Klabin-Telêmaco Borba (ponto preto), unidade PUMA-Klabin em Ortigueira (a) e o Município de Imbaú (b).

Nesse contexto de demandas globais, é possível questionar quais os impactos desse modelo de produção ao nível local que neste estudo compreende o município de Imbaú localizado na área de atuação da Klabin e que, juntamente com os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, encontra-se na área de influência direta (AID) do Projeto PUMA-Klabin.

No capítulo seguinte, reservado à caracterização da área de estudo, serão abordados aspectos sociais, ambientais e econômicos de Imbaú com ênfase na expansão das plantações de madeira e no discurso propagado localmente de vocação florestal do município.

4 BEBENDO DAS ÁGUAS DE IMBAÚ: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Imbaú, do tupi “beber da bica”, situa-se na Mesorregião Centro Oriental Paranaense, nos Campos Gerais, a 220 quilômetros da capital Curitiba. Emancipado em 1997, Imbaú é o município mais jovem e também o menor da Microrregião de Telêmaco Borba, abrange uma área de 331,66 km² (ITCG, 2015), conta com uma população estimada em 12.400 habitantes (IBGE, 2015) e apresenta um grau de urbanização de 62% (IPARDES, 2015).

A ocupação do território que hoje constitui o município de Imbaú está atrelada à construção da Rodovia do Café (BR-376) realizada na década de 1960. A rodovia promoveu importante ligação entre o Norte do Paraná, a época maior produtor mundial de café, com a sede regional, Ponta Grossa, e a capital, Curitiba. Naquele período a localidade ficou conhecida como Cirol, nome da empresa de pavimentação asfáltica responsável pela construção da rodovia, e os trabalhadores que migraram com a obra e se fixaram no local são reconhecidos como os pioneiros do município. Ainda na década de 1960 a localidade passou a distrito administrativo de Telêmaco Borba, já com a denominação Imbaú, tornando-se município em 1997.

Em termos históricos, toda a região dos Campos Gerais incluindo a Mesorregião Centro Oriental faz parte do Paraná Tradicional, frente pioneira de colonização do estado cuja ocupação foi iniciada no Século XVII e acompanhou os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, ou como sugere Fajardo (2008), acompanhou as diferentes fases de exploração dos recursos naturais. A região comporta vastas áreas de campos naturais onde predominou a grande propriedade com pecuária extensiva mantida por trabalho escravo e, posteriormente, trabalho familiar e que por volta do Século XVIII integrou o caminho boiadeiro também conhecido como “[...] estrada das matas [...]” (IPARDES, 2007, p. 20).

A sociedade campeira, patriarcal e latifundiária que dominou a região em termos econômicos e políticos até o declínio do tropeirismo regional, ao final do Século XIX, deixou por legado uma economia de baixo dinamismo, centrada na grande propriedade, acompanhada por uma agricultura de subsistência marcada por baixa produtividade e pouca ligação com o mercado. A região foi perdendo importância quando as frentes pioneiras se deslocaram primeiro para o norte, devido a expansão do café, e em seguida em direção ao oeste do estado abrindo espaço para o *boom* da soja.

Atualmente, é no Paraná Tradicional que se concentram áreas estagnadas economicamente e socialmente fragilizadas, formando uma faixa contínua na região central do estado denominada de Corredor da Fome. São áreas prioritárias para as ações de promoção ao desenvolvimento onde foram instituídos os Territórios Rurais Paranaenses criados no âmbito do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, dentre os quais se encontra o Território Caminhos do Tibagi que agrega o município de Imbaú (Figura 5).

Figura 5 - Localização dos territórios rurais paranaenses



Fonte: IPARDES (2007) e Sonda (2010). Adaptado pela autora.

Nota: Croqui do Estado do Paraná com a localização dos Territórios Rurais, em destaque o Território Caminhos do Tibagi – no detalhe as Grandes Regiões Paranaenses de acordo com as frentes de ocupação.

O Território Caminhos do Tibagi é formado pelos seis municípios da Microrregião de Telêmaco Borba mais os municípios de Curiúva e Figueira, abrange uma área de 10.195,64 km², cerca de 5% da área do Paraná, e conta com uma população de 177.220 habitantes, correspondendo a 1,7% da população estadual. A exceção da Capital do Papel, Telêmaco Borba, os municípios do Território apresentam baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), três estão entre os 15 piores IDH-M do estado, dentre eles Imbaú, resultante de carências sociais e problemas estruturais similares entre si.

A seguir serão abordados alguns desses aspectos, com foco no município de Imbaú, tendo como base os dados divulgados no Plano Diretor Municipal (IMBAÚ, 2008), os Censos Agropecuário de 2006 (IBGE, 2015) e Demográfico de 2010 (IBGE, 2011) e o Caderno

Estatístico sobre o Município de Imbaú (IPARDES, 2015). Na seção subsequente, serão abordados aspectos socioambientais referentes ao município com ênfase no processo de expansão da atividade de silvicultura tendo também por referencial os dados gerados na pesquisa de campo.

4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Em termos produtivos, Imbaú é uma cidade que “vive da estrada”. O setor terciário, comércio e serviços, tem o maior peso na economia local responsável por mais de mil postos de trabalho com destaque para os segmentos de alojamento, alimentação e apoio ao transporte. Essa configuração atípica para municípios do tamanho de Imbaú se deve em partes ao “entroncamento estratégico” entre as rodovias do Café (BR-376) e do Papel (PR-160) localizado na área central da cidade. Além disso, o município conta com uma gama de empresas que prestam serviços à indústria madeireiro-papeleira, como transportadoras e empreiteiras que realizam desde a implantação de áreas com madeira (preparação da área para o plantio), como também a manutenção, colheita e destinação final da madeira.

O setor primário que compreende a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, é dominado pela silvicultura. A atividade ocupa 70% da área do município, porém, como grande parte da produção de madeira sai bruta do município para suprir a demanda das indústrias localizadas em Telêmaco Borba, a atividade contribui muito pouco para a economia local. Dados do Censo de 2010 evidenciam que cerca de 1.500 pessoas estavam ocupadas no setor primário, entretanto, o setor foi responsável por somente 58 postos de trabalho formalizado. Com relação à produção agrícola, destacam-se a produção de milho (6.400 t), soja (5.360 t), trigo (3.465 t) e tomate (1.600 t). O município conta ainda com uma produção significativa de produtos hortifrutigranjeiros voltada para o consumo na microrregião. Com relação a criação de animais, entre 2006 e 2014 houve diminuição expressiva no rebanho de bovinos, de 8.000 para 4.500 animais, o rebanho de suínos passou de 2.164 para 950 animais, e o rebanho de caprinos, de 840 para 200 animais, redução de 56%, 44% e 24% respectivamente, mas manteve-se o efetivo de aves (frango) em torno de 9 mil animais.

O setor secundário é o menos expressivo, ao todo são 25 estabelecimentos formalizados com cerca de 200 postos de trabalho. As principais indústrias são de transformação da madeira e fabricação de mobiliário, indústria química e produção de cerâmica. Devido ao déficit de vagas

de emprego um contingente expressivo da população imbauense trabalha fora do município se deslocando a Telêmaco Borba ou migrando temporariamente para outros estados para trabalhar “no trecho” em empreendimentos da construção civil (Diário de campo, junho/2016).

Com relação à renda, o PIB *per capita* passou de 5.176,00 reais, em 2006, para 10.053,00 reais, em 2010, e 10.492,00 reais, em 2013, acompanhando as progressões do salário mínimo conferindo ao município a menor renda *per capita* da microrregião. Já o Índice de Gini, que mede o grau de concentração da distribuição da renda domiciliar *per capita*, caiu de 0,5798, em 2000, para 0,4330, em 2010, indicando uma possível diminuição no grau de desigualdade de renda local.

Contudo o município apresenta um dos piores índices de desenvolvimento humano do estado. Em 2010, ocupou a 386^a posição entre os 399 municípios paranaenses com um IDH de 0,622, considerado como médio desenvolvimento. Em 2000, o município ocupava a 356^a posição no ranking estadual. Dentre os componentes do IDH a educação é o mais crítico para o município que, em 2010, apresentou uma taxa de analfabetismo de 16,5%, acima da taxa estadual e nacional de 6,3% e 9,6%, respectivamente, sendo que até o ano 2000 a taxa de analfabetismo era de 23,5% e 47% da população era considerada analfabeta funcional.

Com relação à dinâmica populacional, até a década de 1970 o então distrito de Imbaú apresentava um contingente populacional maior na área rural que perfazia 82% da população (Quadro 2). Entre os anos 1980 e 1991 o conglomerado urbano ultrapassou em número de habitantes a população rural, passando a 58%, em 2000, e 63%, em 2010, deixando um vazio no campo e um lamento para quem ficou, pois “[...] aqueles vizinhos que a gente tinha, a gente não tem mais, foram embora.” (Diário de campo, abril/2015).

Vale mencionar que, a partir da década de 1960, as transformações geradas pela modernização da agricultura (uso intensivo do solo via mecanização e utilização de agroquímicos) afetaram também a estrutura agrária e fundiária paranaense provocando intenso êxodo rural. Conforme Fajardo (2011), os pequenos agricultores que não foram “[...] alcançados [...]” pela modernização tecnológica foram “[...] forçados a vender ou arrendar as propriedades para o cultivo das lavouras modernas.” (FAJARDO, 2011, p. 130). Naquele período, municípios como Imbaú, onde as terras eram menos aptas à monocultura devido ao relevo e índices de fertilidade, atraíram parte desse contingente de migrantes rurais, como relatou a agricultora que chegou ao então distrito de Imbaú em 1978, vinda do norte do Paraná, onde as terras eram mais

caras devido a valorização da chamada “terra roxa” (solos férteis com relevo apto à mecanização), nas quais foram implantadas extensas áreas de cultivo de soja (Diário de campo, maio/2015).

Quadro 2 - População do município de Imbaú, 1970-2010

População	1970*	%	1980*	%	1991*	%	2000	%	2010	%
URBANA	479	18	2.225	46	3.768	55	5.483	58	7.060	63
RURAL	2.124	82	2.589	54	3.039	45	3.991	42	4.214	37
Total	2.603	100	4.814	100	6.807	100	9.474	100	11.274	100

Fonte: IMBAÚ (2008) e IBGE (2015). Adaptado pela autora

Nota: * Dados referentes ao então distrito de Imbaú pertencente ao município de Telêmaco Borba.

Nesses termos, pode-se falar de uma redução tardia da população rural em Imbaú se comparada com o processo de esvaziamento de outras regiões do estado, bem como do país. Conforme mostra o Quadro 2, não houve redução da população rural em termos numéricos, mas a partir da década de 1990 houve um aumento considerável da população urbana em termos percentuais. Essa dinâmica segue a tendência de outros municípios nos quais a economia esteja fortemente atrelada à silvicultura e ao aproveitamento da madeira e onde essa “[...] urbanização acelerada [...]” acarreta problemas de “[...] habitação, saneamento e, principalmente, necessidade de geração de empregos [...]” (IMBAÚ, 2008, p. 81).

As mudanças ocorridas no setor produtivo afetam a dinâmica populacional e também geram impactos em nível socioambiental, como se verá a seguir em relação às transformações na paisagem e no uso do solo.

4.2 A VOCAÇÃO FLORESTAL DE IMBAÚ

Olha, eu mesmo fico me perguntando: por que é que o pequeno agricultor planta eucalipto na sua terra? [...] Eu acredito que é uma imposição do agronegócio, porque não deixa de ser um agronegócio, então, há uma grande propaganda da compra dessa madeira, por exemplo, quando os técnicos vão dizer para você plantar, que você deve plantar eucalipto [...]. (Agricultor, assentamento Guanabara).

A paisagem de Imbaú é marcada pelas rodovias BR-376 e PR-160 e pelos maciços florestais que ora pertencem a grupos industriais ou a grandes produtores, ocupando extensas áreas contínuas, ora ocupam o fundo de quintal de “[...] gente que não tem espaço para plantar um pé de alface, couve ou cebolinha, mas quer plantar eucalipto!” (Diário de campo, maio/2015).

Figura 6 - Vista aérea do município de Imbaú, Paraná, 2016



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Imbaú. Adaptado pela autora.

Nota: vista aérea do município de Imbaú em destaque áreas com plantações de madeira (círculos em verde) e a Avenida Ivo Jangada (linha em azul) demarcando a área central da cidade.

O município está inserido em área de domínio da Floresta de Araucária (FOM) com pequena porção de Campos Limpos (formação Estepe Gramíneo-Lenhosa), entretanto, os remanescentes de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração não chegam a 1% na microrregião. O município pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, tem por principais corpos d'água os rios Imbaú e Imbauzinho que deram origem ao seu nome. Apresenta uma precipitação média anual entre 1.400 e 1.600 milímetros e, de acordo com a classificação de Köppen, situa-se em área de transição entre os climas mesotérmicos (temperado) Cfa e Cfb, ambos com incidência de geadas, fator limitante para o cultivo de espécies agrícolas e também de espécies florestais madeireiras.

Com relação ao uso do solo, em 2006, a categoria “reflorestamento” ocupava 41,5% da área total do município ficando atrás da categoria “agricultura familiar” e intensiva que ocupava 45,6% do município e compreendia áreas com pecuária e lavoura permanente. Com relação a área restante, 11,5% era ocupada por “agricultura temporária” e 1,4% correspondia a “área urbana” (IMBAÚ, 2008).

De acordo com extensionistas que atuam no município, Imbaú apresenta algumas limitações biofísicas para a agricultura, como relevo acidentado e solos com baixa fertilidade, sendo justamente nessas áreas que se concentram as pequenas propriedades. A produção dessa “pequena agricultura” é voltada para a subsistência e autoconsumo, caracterizada por baixos índices de produtividade, pouco aporte tecnológico e baixa inserção nos mercados (Diário de campo, junho/2015). Conforme relataram, por um lado falta integração ao modelo convencional de agricultura e, por outro, por ocuparem pequenas extensões de terra, falta aptidão para os projetos de silvicultura, como resultado apontam que “[...] na questão de agricultura familiar a gente vem perdendo campo.” (Extensionista2, EMATER).

Nessa configuração, a dificuldade de produzir para comercialização pode ser o grande entrave para os agricultores que estão no interior, distantes da sede do município, e que possuem menos recursos. Ao mesmo tempo, devido ao entroncamento das rodovias BR-376 e PR-160, ao centro do município, e a proximidade com o Município de Telêmaco Borba no qual, conforme os entrevistados, “[...] não se produz nem um pé de alface [...]” (Diário de campo, maio/2015), esse entrave também apresenta oportunidades para a agricultura familiar local.

A agricultura familiar mencionada agrega uma pluralidade de sujeitos presentes no meio rural imbauense, sendo que na pesquisa de campo foram citados os seguintes grupos: verdureiros, agricultores familiares cuja produção de hortifrutigranjeiros abastece o mercado local e microrregional centrado em Telêmaco Borba; agricultores apicultores integrados à Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores Caminhos do Tibagi (Coocat-Mel) que até 2014 entregava produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); agricultores silvicultores, dos quais muitos participam do Programa de Fomento Florestal da Klabin em parceria com a EMATER; produtores de carvão vegetal que utilizam como matéria prima madeira de pinus e eucalipto não aproveitada pela indústria; comunidades tradicionais faxinalenses; assentados da reforma agrária; além de sitiantes e agricultores aposentados (Diário de campo, março-novembro/2015).

No meio rural imbauense encontram-se também grandes e médias propriedades voltadas para a produção de *commodities* agrícolas, como soja, milho e trigo, e pecuária extensiva. Porém, nos últimos anos, tanto as áreas ocupadas pela agricultura familiar, como as médias e grandes propriedades vêm perdendo ou cedendo espaço para as plantações de madeira.

Tanto as empresas ligadas ao setor florestal madeireiro (indústria de celulose e papel, indústria de painéis, pequenas madeireiras e prestadores de serviço) como o poder público e órgãos de assistência técnica e extensão rural incentivam os plantios e difundem a ideia que a região tem “vocação” para o cultivo florestal.

Entre o início dos anos 2000 até 2010 muitos agricultores familiares aderiram ao Programa de Fomento Florestal da Klabin que, em parceria com a EMATER, difundia a ideia de cultivo da chamada poupança verde. A poupança verde corresponde ao plantio de madeira, principalmente de eucalipto, em parcelas que em média não ultrapassam 20% da área total da propriedade. Porém como essa madeira só gera renda quando cortada, sendo que a média do ciclo mínimo para corte gira em torno de sete anos, o capital fica imobilizado e, portanto, pode ser considerada como uma segurança financeira para o futuro, como uma poupança.

No período entre os anos 2000 e 2010 o preço pago pela madeira estava em torno de 90 reais a tonelada “posto fábrica” que corresponde a madeira colhida e entrega na unidade de beneficiamento. O preço atrativo associado à escassez de mão de obra agrícola fez com que a adesão fosse altíssima mesmo entre os pequenos agricultores extrapolando o percentual de terras da poupança verde, como relatou o extensionista entrevistado: “[...] muitos (agricultores familiares) foram vendendo seus lotinhos (pequenas propriedades) para grandes produtores e hoje nós chegamos em um patamar com 50, 60% do município totalmente reflorestado com pinus e eucalipto, o eucalipto passou a ser a maior lavoura e o pinus ocupa pequenas áreas, onde não vai nada mesmo.” (Extensionista2, EMATER).

Segundo os dados divulgados pelo IBGE (2015), entre 2006 e 2014 houve um aumento de 28,5% da área destinada à produção de madeira em Imbaú, chegando a 23.217 hectares, ocupando, portanto, 70% da área total do município. Embora não tenha nenhuma especificação com relação às áreas de APP e RL, presume-se que, ao menos, 20% deste total correspondam às áreas de RL conforme estabelece o Código Florestal (BRASIL. Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2014), nesse caso, as plantações de madeira ocupariam, efetivamente, 18.573 hectares ou 56% da área total do município.

A partir do ano 2010 em diante a área com madeira praticamente não se alterou devido à queda no preço pago pela indústria aos produtores, fato que tem gerado descontentamento por parte daqueles que investiram na atividade, como comentou o empreiteiro florestal entrevistado: “[...] você fez um fomento, agora tem que cortar a madeira e vai entregar a 62 (reais) a tonelada?

Não está compensando. Tem muita gente que não está plantando mais eucalipto, tem uns que estão plantando pinus, tem até um pessoal que tinha deixado de plantar pinus, pois todo mundo focou no eucalipto, estava um preço alto.” (Empreiteiro florestal).

Entretanto, a permanência das áreas com madeira se deve em grande parte à proximidade com o polo madeireiro de Telêmaco Borba ancorado pela Klabin, pois mesmo com o preço baixo existe um mercado certo para a madeira produzida. Além disso, o tempo e o custo para a reconversão dessas áreas ao uso agrícola, com operações como o destocamento¹⁰, não encoraja os produtores insatisfeitos com o retorno financeiro da madeira a mudarem de atividade.

Além das condicionantes econômicas (crédito, fomento, amplo mercado consumidor, etc.), foram apontadas como motivações para adesão ao cultivo de madeira a problemática do envelhecimento da população rural, dificuldades para a contratação de mão de obra agrícola e falta de sucessão geracional nas propriedades rurais familiares. Para muitos agricultores idosos, o cultivo de madeira se configura como uma alternativa para permanecer no campo, uma vez que a silvicultura, diferente da produção agropecuária, dispensa cuidados intensivos ao longo do ciclo produtivo, permitindo também o adiantamento ou adiamento do corte conforme escolha do produtor.

Há também quem aposte no aumento do preço da madeira com o início do funcionamento da nova unidade da Klabin no Município de Ortigueira, vizinho a Imbaú, ou então quando se efetivarem as promessas de novos investimentos da indústria papeleira na região, o que poderá acarretar em um novo ciclo de expansão das plantações e confirmar a “vocação florestal” de Imbaú.

4.2.1 Contestando a vocação: o Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde

A Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde (CRADE), conhecida como Movimento dos Atingidos, surgiu em meados de 2010 como resultado de um esforço coletivo para denunciar os impactos gerados pelos monocultivos de árvores para as populações locais (SOUZA, 2013). A organização reúne camponeses, agricultores familiares e outros sujeitos que se colocam como atingidos pelas plantações de madeira, além de entidades como o Centro de

¹⁰ O destocamento consiste em arrancar a cepa ou toco com suas raízes principais (pivotante e secundárias mais grossas). Essa operação tem um custo elevado, sendo realizada, por exemplo, para a conversão de áreas com madeira para o cultivo agrícola a fim de permitir a mecanização.

Promoção Humana, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba (STR-TB) que representa a agricultura familiar dos municípios de Curiúva, Imbaú e Telêmaco Borba.

Entretanto, a preocupação em relação aos impactos da madeira, principalmente pela expansão em áreas da agricultura familiar, remonta aos anos 1990, conforme relatou uma das lideranças sindicais locais. Segundo o relato, foram realizadas reuniões a fim de que os agricultores familiares pudessem discutir os possíveis pontos positivos e negativos da adesão ao cultivo de madeira. Naquela época a iniciativa conteve a expansão desenfreada das plantações de madeira, mas com a valorização do preço que ocorreu nos anos 2000, voltaram os incentivos e intensificaram-se os plantios (Diário de Campo, junho/2015).

Em 2011, o Movimento dos Atingidos, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) de Telêmaco Borba, iniciou uma pesquisa junto às comunidades rurais de Imbaú sobre os impactos provocados pelas plantações de madeira, notadamente, decorrentes da expansão das áreas com eucalipto (SOUZA, 2013). A pesquisa possibilitou aos moradores locais relatarem e mapearem os impactos decorrentes das plantações de madeira sentidos no cotidiano.

Os resultados da pesquisa foram publicados em formato de Boletim Informativo, lançado em 2013, durante o 1º Seminário sobre a Violação dos Direitos Humanos e as Plantações Industriais de Eucalipto da Região de Telêmaco Borba, realizado pelo Movimento dos Atingidos em Imbaú. Dentre os principais impactos apontados estão: o êxodo rural; desagregação cultural; escassez de água; substituição da produção de alimentos por produção de madeira; empobrecimento do solo; sombreamento; e confinamento ou isolamento de comunidades rurais (SOUZA, 2013).

Em 2014, o Movimento apresentou um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para disciplinar as plantações de eucaliptos, pinus e de outras espécies arbóreas exóticas e defender a diversidade social, cultural, econômica e ambiental local. Integrantes do Movimento relataram que no início buscaram elaborar a Lei em diálogo com vereadores locais. Porém, após a realização conjunta de duas ou três reuniões os vereadores não comparecerem mais e deixaram de apoiar a iniciativa. A Lei passou por votação, mas não foi aprovada e os vereadores propuseram o arquivamento da Lei desconsiderando o que estabelece a própria Lei Orgânica do Município¹¹.

¹¹ Art. 22 – A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do

Após essa derrota política, como relataram participantes da pesquisa ligados ao Movimento dos Atingidos, o Movimento buscou articular ações para além do município a fim de fortalecer o processo de contestação ao cultivo de madeira na região. Nesse sentido, em novembro de 2014, foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em Curitiba, uma audiência pública a qual teve por tema “Impacto socioambiental, econômico e sobre a saúde do trabalhador advindo da monocultura do eucalipto”. O evento contou com a participação de parlamentares do Estado, comunidade científica, representantes da indústria florestal-madeireira e de integrantes do Movimento dos Atingidos os quais prestaram depoimento relatando os impactos sofridos em Imbaú e região.

Ao nível local, o Movimento busca articular ações junto ao Território Caminhos do Tibagi, pois, como relataram, com a nova fábrica de celulose e papel deve-se intensificar o cultivo de madeira e os impactos decorrentes da expansão das plantações de madeira podem atingir mais localidades rurais na região. Durante a pesquisa de campo foi possível entrevistar integrantes do Movimento, lideranças sociais locais, bem como acompanhar algumas reuniões do Movimento que constitui uma das principais vozes, se não a única, a questionar os impactos decorrentes da expansão da atividade em Imbaú e região.

Município. § 1º – O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto. § 2º – O projeto de que trata este artigo não poderá ser rejeitado por vício de forma, devendo a Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação. § 3º – Cumpridas as exigências para a apresentação, o projeto seguirá a tramitação estabelecida no Regimento Interno da Câmara. Disponível em: <http://www.gest-municipio.com.br/admin/img/entidade/3//leis/9a0f64a695835283c0d1b0f50029f231.pdf>.

5 A EXPANSÃO DAS PLANTAÇÕES DE MADEIRA EM IMBAÚ: TRANSFORMAÇÕES QUE SE SENTEM A PARTIR DOS ESPAÇOS DE VIDA

As plantações de madeira em larga escala para fins industriais ocupam extensas áreas, transformam a paisagem, os ecossistemas e provocam mudanças nas sociedades locais. Conforme Acselrad (2004a), as formas técnicas de apropriação do mundo material que resultam na transformação do meio biofísico não estão dissociadas das formas sociais e culturais de significação do meio.

No contexto estudado, evidencia-se que as mudanças no uso do solo decorrentes da expansão das plantações de madeira têm afetado a forma como a população local se relaciona com a terra e seu entorno. Os números relativos a essa expansão apontam que cerca de 70% da área do município está ocupada com madeira, porém esses dados não expressam as mudanças que ocorreram no viver e sentir o lugar.

Nesse capítulo de cunho analítico busca-se evidenciar os impactos decorrentes da expansão das plantações de madeira e como afetam as dinâmicas socioambientais locais. Em suma, pretende-se compreender como os sujeitos envolvidos e/ou atingidos por essa atividade apreendem os impactos e que estratégias estão sendo adotadas frente às transformações locais.

5.1 “PORQUE O EUCALIPTO SEMPRE VAI TER”, A QUESTÃO É SE VAI TER SÓ EUCALIPTO

A madeira não é um elemento novo em Imbaú e região. Porém, as mudanças na paisagem decorrentes da expansão das plantações nas duas últimas décadas vêm gerando estranhamentos para os moradores locais que “[...] não se enxergam mais.” (Diário de Campo, junho/2015). O “não se enxergar” refere-se às barreiras físicas formadas pelas plantações de madeira que ao atingirem cerca 30 metros encobrem a paisagem.

Nesse sentido, um dos entrevistados comentou que “[...] os vizinhos não se visitam mais no sítio, porque entre a casa deles tem um monte de eucalipto plantado, escureceu a visão, mal dá para ver a casa de um vizinho para o outro.” (Representante STR-TB). Em termos simbólicos, ao deixar de enxergar o vizinho, escondido atrás da barreira de eucaliptos, perde-se laços sociais e o

pertencimento ao lugar, lugar este que antes refletia a comunidade e agora apresenta uma paisagem transformada, mas estranha aos moradores locais.

Os relatos evidenciam o reconhecimento da importância da madeira para a sociedade em geral e, em específico, para a economia local, no entanto o que sobressai é que a plantação de madeira avançou para além do limite, como sugerem os trechos a seguir:

Antes não era só madeira, e agora está virado tudo em madeira. Antes tinha plantio de trigo, soja, milho e era uma maravilha. Era dos holandeses e eles plantavam para exportar. E para você ver, agora é tudo madeira. Eles também arrendavam, não sei o que aconteceu, de certo não quiseram mais, daí veio a turma da Klabin plantar madeira. [...] [*E agora?*] Só madeira, daqui você enxergava até lá encima, hoje em dia você não enxerga mais. [...] antes era verde, era bonito, você enxergava, agora, hoje em dia, para você ver o faxinal, ele é rodeado de madeira. (Agricultora I, Faxinal de São Pedro).

Ah, nossa, a gente vê a mudança desde criança, a gente era da roça, carpia um quadradinho colhia aqueles milhos, todo mundo tinha arrozal, hoje ninguém tem, só de supermercado, quando eu era criança nem conhecia arroz de supermercado, mas por quê? Porque tinha, plantava e dava, vai passando os anos, vai diminuindo. [...] Quando eu era pequena já tinha eucalipto, já existia, mas você via assim, capãozinho. De repente foi assim, do nada, tudo madeira, “*ah, não vou plantar mais milho, arroz não dá, tá dando muito pouco, vou vender* (a terra)...”. Na verdade foi a desvalorização do alimento também que incentivou o plantio do eucalipto. (Agricultora, residente área urbana).

Nesses relatos, o saudosismo com o qual se referem ao passado, antes da produção extensiva de madeira, demonstra esse estranhamento em relação às transformações na paisagem, como também em relação a si mesmas nesse novo cenário que já não é tão bonito e não produz alimento. Denota-se também uma “naturalização” da paisagem associada aos cultivos agrícolas, incluindo a produção de *commodities* para exportação, e um distanciamento em relação a essa nova forma de cultivar a terra para produzir madeira a qual tem substituído, em proporções cada vez maiores, a maneira de produzir e a dinâmica de produção que havia antes.

Quando questionados sobre as transformações na paisagem, os moradores locais enfatizaram as mudanças no uso do solo em termos de práticas produtivas de maneira muito direta, “[...] aumentou a madeira e diminuiu a agricultura.” (Sitiente aposentado, Campina do Juca Pedro), relatando também a diversidade do que se deixou de produzir na terra, como nos trechos a seguir:

[*O que tinha antes nessas terras?*] “Milho, feijão, arroz, muita abóbora, muito mandiocal, era o que tinha, muito porco nos mangueirão, muita vaca, muito leite. Essa região era tudo pasto, ali dos polacos era tudo pastaria [...]. (Agricultor, Jacutinga).

Lá onde eu te mostrei, ali era gado, ali era água, ali era roça, hoje em dia você viu? Não tem, não tem mais, acabou. [...] Mudou bastante mesmo de 20 anos para cá, de 18 a 20

anos, faz 40 que nós estamos aqui, então foi de 20 a 18 anos que teve a mudança e está piorando cada vez mais. (Agricultora, Jacutinga).

Nesse processo de especialização produtiva dos territórios, o local vai sendo transformado em um “não lugar”, compreendido como uma “[...] paisagem homogênea que poderia reproduzir-se em qualquer espaço e que não mantém vínculo algum com o local, perdendo qualquer sentido ou significado para os grupos.” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2014, p. 60).

No relato a seguir, observa-se que esse afastamento em relação ao lugar é tanto material quanto simbólico, pois quando o agricultor deixa de cultivar a terra para plantar madeira se afasta fisicamente do lugar para trabalhar em outra atividade, mas também afetivamente, uma vez que o lugar perde o sentido e a beleza de outrora.

Essa propaganda faz com que a turma plante eucalipto na terra e enquanto isso eles vão trabalhar para a própria Klabin ou trabalhar em outra coisa enquanto cresce. Então ele não está precisando da terra para viver, ele só tem a terra, então de repente ele nem mora mais lá porque fica um lugar muito feio [...] a propriedade ficou muito feia porque virou uma escuridão, não é aquela propriedade bonita, ficou feia, virou um sertão de mato, se fosse o mato nativo é bonito você ter um matão, mas o mato de eucalipto é feio porque embaixo dele não tem nada, não tem aquela relva, não tem passarinho, não tem bichinho, não tem nada, você entra dentro não vê gritinho de bichinho, as corujas lá gritando, você não sente isso, então fica uma mata feia. (Agricultor, assentamento Guanabara).

Com essas transformações, o local serve então como “espaço de produção” que atende as pequenas demandas, incluindo os usos da madeira no dia a dia das propriedades rurais, mas cuja finalidade é, sobretudo, abastecer o polo industrial madeireiro que, por sua vez, atende outros mercados via exportação. Conforme relatou a agricultora “[...] eu preciso de uma madeira para fazer uma cerca, eu preciso de uma madeira para um carvão, são coisas que eu preciso, mas dentro do limite, é como eu falei, não sou só eu, todo mundo precisa [...] mas eu tenho que saber ter, não dentro da água do jeito que plantam.” (Agricultora, Jacutinga).

É, portanto, a partir do local que se pode evidenciar quais os efeitos desses empreendimentos, muitas vezes invisibilizados no mercado global, conforme afirma Gautreau (2014). Nos relatos a seguir, observa-se que os impactos narrados são vivenciados no cotidiano, quando atingem os espaços de vida: a sombra que afeta a roça, espaço de produzir; a lavoura do vizinho que foi substituída por madeira, espaço de trabalhar e trocar serviço; o vizinho que foi embora, espaço de se relacionar; e o sítio, espaço de morar e permanecer; entre outros espaços afetados pela atividade.

[...] quando nós entramos (1978) era um lugar muito diferente do que é agora, muito diferente... naquele tempo as coisas aqui não eram como agora porque tinha sim pinus, tinha sim eucalipto, tinha, mas não era como agora que muitas vezes falta espaço até mesmo para plantar um alimento, uma mandioca, um arroz, um feijão. Não tem espaço, porque o povo foi correndo atrás do eucalipto, correndo desenfreado, porque não tem uma quantidade que chega para plantar e sempre causa muitos conflitos porque muitas vezes plantam dentro das estradas, encima das divisas, no terreiro das casas, encima das nascentes de água, debaixo da fiação elétrica, muitas vezes quando chove cai o galho encima da fiação acabando com tudo, causando perdas. E quem sofre com tudo isso é o pequeno agricultor porque o grande planta e vai embora para a cidade, é o pequeno que fica no sítio, é o pequeno que perde o espaço, é o pequeno que perde muitas vezes até o dia de serviço que trabalhava ali naquele espaço. Ele perde de plantar, ele perde de ganhar, porque no lugar deles a madeira só vai crescer né? Os donos vêm, cortam, causam todos os danos e vão embora, e a gente fica com o prejuízo. (Agricultora, Jacutinga).

Não, eles (a empresa) sempre vêm aqui, até esses dias atrás veio a secretária deles e perguntou o que estava acontecendo, até foi o dia que eles vieram e cortaram. Daí foi falado que estava atrapalhando a roça, a sombra estava atrapalhando, até que cortaram na divisa, mas para eles, tanto faz! Eles quase nunca vêm, mandam o guarda-roça (segurança) para atender o plantio, quando tem incêndio, mas para conversar eles quase nunca vêm. (Agricultora1, Faxinal de São Pedro).

Esses trechos expressam o distanciamento tanto da indústria, para a qual se produz madeira, como dos proprietários de grandes áreas de madeira que ocasionalmente estão presentes, mas não vivem no lugar e por isso não sentem os mesmos impactos. A partir do saber técnico sobre impactos ambientais pode-se discutir as vantagens e desvantagens das plantações de madeira, notadamente em relação ao consumo hídrico, aporte de agroquímicos, favorecimento de processos erosivos do solo, conservação da fauna e flora, etc., comparando-as a outros usos do solo como cultivos anuais e a pecuária extensiva. Entretanto, conforme sugere Zhouri (2014), os relatos ancorados nas experiências dos lugares trazem à tona “[...] diferentes visões do que seja *impacto ambiental, sustentabilidade, problema ambiental, população atingida*, entre outras categorizações.” (ZHOURI, 2014, p. 120, grifos do autor).

Nesse sentido, nessas “[...] outras racionalidades [...]” (ZHOURI, 2014) evocadas pelos moradores locais, os impactos ambientais vão além das descrições técnicas e, assim, queda de energia, sombreamento, estrada trancada, sarjeta entupida, casa embolorada, entre tantos outros impactos citados, passam a constituir impactos ambientais, como demonstra o trecho a seguir:

É, do meio ambiente, a rede elétrica é um desastre porque aquelas cascas que caem em cima da rede... às vezes tem duas redes, dois fios, se a casca pegar um fio, dá (curto) circuito e já acaba com a energia [...] se você tem leite no freezer ou no resfriador, não tem jeito, já apodrece a carne no freezer e não tem quem pague, a COPEL não paga, nós

temos que ficar com o prejuízo. [...] É, então, volte e meia por qualquer coisa tem queda de energia, quando é só essas horas, tudo bem, mas dali a pouco... nós temos até agora a chocadeira de pinto, ovo, lá no galpão, nós tivemos que parar porque se a chocadeira ficar cinco horas sem energia já termina, mata, morre, não descasca os pintinhos, daí tivemos que parar, vão 50 ovos, então seriam 50 pintinhos que iriam nascer, botamos duas vezes, as duas vezes não deu certo [...] então esse é o prejuízo que eu falei, é um prejuízo mais pra gente. (Agricultor, assentamento Guanabara).

Casos como o relatado acima ocorrem frequentemente e dependendo da gravidade do dano a interrupção de energia elétrica perdura por alguns dias comprometendo atividades econômicas que necessitam de resfriamento, como a produção de leite e carne, e a produção de aves com utilização de chocadeira elétrica.

Para além destas atividades produtivas, a interrupção do fornecimento de energia elétrica afeta o bombeamento de água, a refrigeração e conservação de alimentos e medicamentos, a utilização de chuveiro elétrico e de aparelhos eletroeletrônicos (televisores, rádios, computadores, celulares, etc.), comprometendo assim o bem estar e a saúde dos moradores locais.

[...] no Natal aqui eram 55 pessoas dentro de casa, um monte de gente dentro de casa, sem banho, sem água e nós no escuro, com lâmpada de emergência, isso é vida? [...] quando chegou no dia do Natal aqui não tinha um celular com bateria, aqui não tinha uma luz, uma água, aquele povão dentro de casa, tudo parente claro, todo mundo apavorado de ver o jeito como as pessoas daqui eram tratadas. (Agricultora, Jacutinga).

Acsehrad (2007) comenta que grandes empreendimentos, incluindo as plantações de madeira em larga escala para a produção de celulose e papel, conseguem impor as “[...] condições mais desejáveis para si [...]” e, assim, “[...] tornam-se a) quase-sujeitos das políticas de regulação do território; mas também, por vezes, b) quase-sujeitos dos limites de aceitabilidade dos riscos por parte da própria população local.” (ACSELRAD, 2007, p. 3, grifos do autor).

No contexto estudado, prejuízos como os decorrentes da interrupção de energia elétrica não são compensados nem indenizados, pois legalmente não se pode determinar os responsáveis por esses danos, conforme comentou o agricultor: “[...] passava quatro dias sem luz, perdia as coisas no freezer, estragava tudo, até dezembro mesmo, ali na Campina, tinham 150 litros de leite tiveram que jogar tudo fora [...]” (Agricultor, Jacutinga). Desse modo, são os moradores locais que se adaptam aos impactos, arcando com os prejuízos, ou deixam de viver nesses espaços quando os riscos e danos passam a ser inaceitáveis.

Dentre os impactos citados, destaca-se também a questão da água, como comentou uma agricultora: “[...] todo mundo vê que água vai se acabando.” (Agricultora1, Faxinal de São

Pedro). Os moradores locais relataram as mudanças observadas em suas localidades em relação à diminuição do volume de água nos rios, sangas (córregos) e arroios (riachos), além de bicas (nascentes) e poços secos. Como apontou a agricultora que migrou para a cidade devido a falta de água “[...] o principal impacto é na água, a maioria das pessoas não se conscientiza que não pode plantar nas cabeceiras (de rios).” (Agricultora, residente área urbana).

No trecho a seguir, essa mesma agricultora descreve o processo de expansão das plantações de madeira na localidade onde morava e como afetou a produção de holerícolas que ela, juntamente com o marido, desenvolvia na propriedade rural. Ela e a família residem há três anos na área urbana de Imbaú, desde então arrendam o sítio para a produção de grãos, mas enfatizou que não pretende deixar que plantem eucalipto na terra deles, evidenciando sua identificação com a forma de cultivar a terra que difere da lógica de produção madeireira.

A gente conversa o que aconteceu mesmo [...] lá no nosso sítio, saí de lá foi por causa da água, os plantios nos afetaram mesmo, nossa água foi o mais triste, porque antes a gente até levava o sítio, nosso ramo era verdura, meu marido sempre foi da lavoura, meu sogro, foram da roça a vida toda, mexiam com feijão, milho, naquela época dava, vendia, não tinha muito eucalipto, era pouco, as pessoas plantavam, faziam reunida (mutirão ou trabalho coletivo), depois quando todo mundo começou a chegar em grupo, um plantava pau (madeira), o outro não queria mais ficar no sítio, outro vizinho vendia para o outro, o outro vinha e enchia de pau. [...] E a água foi diminuindo, por quê? Foram os plantios. Em 2012 a gente perdeu muita verdura, a água não dava para aguar tudo, daí foi perdendo produtividade, dando mais bichinhos, perdendo a beleza. Daí meu marido falou “*ah, não vamos mais mexer com verdura, não dá mais.*” [...] Quando não tinha o plantio e tinha seca, a gente não ficava sem água, ela diminuía, mas com duas chuvas já enchia de novo o poço, ele era muito bom de água. Depois a gente puxava água dos vizinhos, como é que a gente vai lutar com verdura puxando água? Daí meu marido saiu para a firma, para trabalhar fora, trabalhar no trecho. (Agricultora, residente área urbana).

De modo geral, os relatos dos moradores locais se referem aos impactos da “vida vivida”, como afirmou a agricultora residente da área urbana. Mesmo quando relatam os problemas sentidos em relação à água, o fazem a partir de suas experiências, pois diversas localidades rurais enfrentaram situações de escassez e racionamento de água nesses últimos anos. A esse respeito o técnico da SANEPAR relatou que de 1993 a 2014 houve diminuição de 30% da vazão, metros cúbicos por hora (m^3/h), do rio que abastece o município e, ao mesmo tempo, houve um aumento de 60% na demanda, “[...] naquela época nós fazíamos captação de $40m^3/h$ para suprir a cidade, mas naquele tempo haviam 1200 ligações (de água encanada), e agora já temos 3000 ligações e a

captação está em 66m³/h, captando, produzindo e distribuindo para a cidade.” (Técnico, SANEPAR).

Todavia ele apontou que na vazão atual do rio seria possível até triplicar a captação de água, reafirmando: “[...] do jeito que está hoje, a gente não sabe do futuro, mas do jeito que está hoje ainda suporta uns 15, 20 anos.” (Técnico, SANEPAR). Quando questionado sobre os benefícios e prejuízos decorrentes das plantações de madeira ele citou pontos negativos como o êxodo rural e a diminuição da área agricultável e pontos positivos como o cultivo de madeira em áreas inadequadas à agricultura mecanizada, mas afirmou que é preciso respeitar os limites: “[...] eu ainda sou a favor do recurso natural, mas respeitando os limites. E o cultivo, seja de pinus, eucalipto, seja de milho, soja, trigo, eles sempre vão existir, terra vazia é pior.” (Técnico SANEPAR).

A partir dos relatos dos moradores locais observa-se que poucos interlocutores especificaram impactos decorrentes da expansão das plantações de madeira sobre a “[...] natureza natural [...]” (ACSELRAD, 2004a, p. 28), e quando o fizeram relacionaram com a importância da manutenção da vegetação nativa das pequenas reservas (APP, RL), notadamente, para a fauna e flora, como ilustra o trecho a seguir:

[...] para a flora e para a fauna (o cultivo extensivo de madeira) não é bom, não cria animal embaixo do eucalipto, não cria porque não tem o que eles comerem, não dá fruta, não é fruta, onde tem grandes plantios de eucalipto é esse o problema, vão acabando os pássaros, os bichos, porque não tem o que eles comerem, eles vão indo para as pequenas reservas, por isso tem que ter reserva, eu vejo que não tem passarinho, eles nem dormem no eucalipto, os galinhos (dos eucaliptos) são todos mirradinhos. (Agricultora2, Faxinal de São Pedro).

Entretanto, cabe salientar que, de modo geral, os impactos relatados foram sempre atribuídos ao “outro”. Com relação aos impactos diretamente associados às plantações de madeira têm-se duas posições: para os que não cultivam madeira os impactos decorrem das atividades desenvolvidas pelos plantadores de madeira; e para quem cultiva e/ou não contesta a atividade, os impactos decorrem das plantações irregulares que desrespeitam os limites como distância da divisa entre propriedades, distância de estradas, RL e APP).

Ademais, foram relatados outros impactos sentidos nos espaços de vida que não correspondem diretamente às plantações de madeira como o caso da pedreira existente na Serra do Facão localizada em perímetro urbano a qual tem provocado danos às residências do entorno e

causado problemas respiratórios aos moradores; problemas decorrentes da utilização de agroquímicos (adubos químicos e agrotóxicos) tanto em áreas com cultivo de madeira como em áreas com cultivos agrícolas; e a degradação de áreas de nascentes, entorno de rios e córregos problema que também ocorre em áreas de cultivo agrícola. .

Nesse entrelaçamento de espaços de vida e espaços de produção vão se materializando impactos e se configurando situações de conflito como ilustram as imagens a seguir (Figura 7).

Figura 7 - Plantações e espaços de vida: registro em imagem de impactos relatados pelos moradores locais



Plantações de eucalipto em evidência na paisagem



Área de pinus sombreando estrada e lavoura.



Área de eucalipto no perímetro urbano e próximo à fiação de rede elétrica.



Área de eucalipto sombreando e “entupindo” a estrada.

Fonte: fotografias da autora, pesquisa de campo, março a novembro de 2015.

5.2 “NINGUÉM QUER VIVER SOZINHO”: O PROCESSO DE ESVAZIAMENTO DO RURAL IMBAUENSE

Quando nós chegamos aqui, nossos vizinhos, de bondade eles eram como agora, só que aqueles vizinhos que a gente tinha nós não temos mais, foram embora, só restou um, dois, o resto foi tudo embora, e no lugar que eles deixaram hoje tem esse deserto verde aí que você viu. (Agricultora, Jacutinga).

A expansão das plantações de madeira em larga escala, como no caso de Imbaú onde recobrem aproximadamente 70% do município, tem gerado impactos significativos para as populações locais e contribuído com o processo de esvaziamento do campo. Um impacto muito peculiar aos cultivos de madeira é a sombra. O eucalipto, em específico, atinge cerca de 30 metros aos sete anos, tempo médio de rotação (tempo entre plantio e colheita) para produção de celulose e papel, e o sombreamento em projeção horizontal pode chegar até o dobro da altura da árvore, ou seja, 60 metros lineares.

Conforme os relatos, na medida em que a sombra avança, inviabiliza plantações agrícolas e afeta a forma como os moradores locais se relacionam com a terra e seu entorno. A partir dos relatos se evidencia a ocorrência de um “efeito dominó” causado pela expansão das plantações de madeira e, conseqüentemente, da sombra, como descreve a agricultora no trecho a seguir:

[...] agora aqui está assim: o pequeno agricultor, ele tem dois alqueires de terra, esse aí é conhecido [...] ele tem o pedaço de terra dele, mas o grande agricultor foi beirando o terreno dele com eucalipto encima “*vamos plantar, aqui é tudo nosso, vamos plantar até encima da cerca*”. O eucalipto cresceu 25 metros, tomou conta da terra dele, da horta, naquele pedaço onde vai a sombra e com o ressecamento da terra, lá não cria mais nada. O que ele teve que fazer pra não ir embora? Ele teve que plantar (eucalipto) também! Ele plantou (eucalipto) também. Agora a parte dele (com eucalipto) também fez (sombra) mais pra lá. Você viu como vai tocando as pessoas? (Agricultora, Jacutinga).

A partir do relato, observa-se que o sombreamento produzido pelas plantações de madeira sobre áreas antes cultivadas com culturas agrícolas, inviabiliza não somente a continuidade dessas atividades como condiciona tais áreas ao cultivo de madeira. Entretanto, para os moradores locais a produção de madeira se apresenta como um projeto excludente, como colocou a agricultora, “[...] é um negócio que auxilia os maiores, já quem é pequeno não, se você plantar madeira vai plantar uma mandioca para você comer no quê?” (Agricultora, Campina do Juca Pedro).

Conforme apresentado no capítulo anterior, a agricultura familiar local é caracterizada pela produção para subsistência, mas o avanço da madeira e o sombreamento das áreas ocupadas com a “[...] pequena agricultura [...]” (Extensionista2, EMATER) têm inviabilizado essas práticas produtivas, como consequência relata-se que “[...] muita gente vai embora porque [...] como é que você vai plantar se o eucalipto não deixa dar?” (Agricultora1, Faxinal de São Pedro).

Os participantes da pesquisa não questionaram a importância da produção de madeira, pois para suprir a demanda da propriedade rural por lenha, carvão, palanque para cerca, madeira para as construções rurais como galpões, entre outros usos, planta-se espécies madeireiras exóticas de rápido crescimento como pinus e eucalipto. Entretanto, foi recorrente o questionamento sobre o impacto do avanço da madeira na produção de alimentos para o autoconsumo, como ilustra o relato a seguir: “[...] o que a gente observa é que tem gente que não planta mais nem cebolinha e salsinha, pegou a sua área inteira, plantou pinus e eucalipto e não respeita mais nada... [*Pequenos agricultores?*] Pequenos, infelizmente, pequenos.” (Educadora).

Nesse mesmo sentido, a agricultora que hoje produz madeira na área onde cultivava feijão, relata que fez a conversão do cultivo agrícola a madeira devido à desvalorização do alimento, mas ressaltou que a produção de alimentos para o consumo deve ser priorizada, principalmente para os agricultores com pequenas áreas: “[...] eu fiquei com terra para cultivar (alimento) [...] e eu aconselho: quem tem propriedades pequenas, não compensa (plantar madeira). Não, porque... De onde ele vai tirar o sustento dele? O eucalipto leva sete anos (para dar retorno financeiro), como é que a pessoa vai ficar sem comer, sem plantar?” (Agricultora2, Faxinal de São Pedro). Esses relatos apontam para possíveis impactos da expansão das áreas com plantações de madeira no município sobre a segurança alimentar e nutricional das populações locais.

No trecho a seguir o agricultor descreve outros casos decorrentes desse “efeito dominó” como a exposição dos moradores locais a situações de insegurança física pela proximidade de plantios com residências e o desconforto de quem vive nesses espaços onde a luz do sol não chega diretamente devido ao sombreamento gerado pelas plantações de madeira.

[...] o eucalipto do outro vinha encima (da casa dela), então ela morava embaixo do eucalipto, se caísse um eucalipto daqueles encima da casa dela, morria, mas era o terreninho dela e aqui é era do outro (descreve em gestos a situação), mas eles se acham... Se não tiver uma lei que discipline os plantios, a distância (do plantio) da divisa (entre propriedades), os caras fazem ela sair dali amedrontada, ela vai ter que sair dali e alugar para o eucalipto. O cara mesmo vai dizer: “*não, eu te compro aqui*” e enche de

eucalipto. [...] (relata outro caso) tem uma cerca, pra cá o potrerinho dela e pra lá é a terra do outro (descreve em gestos), o outro se sentiu no direito de plantar eucalipto junto da cerca dela [...] por que que ele foi plantar ali? Para forçar: “*ou vocês saem dali e eu compro o terreno, vocês saem ou aguentam o eucalipto*”, mas pra lá também era potreiro, então por que foi plantar ali? Era uma provocação [...] por que que faz isso? Então é uma forma... “*eu te atropelo da tua terra sem brigar com você, eu só planto, encho de eucalipto*”. (Agricultor, assentamento Guanabara).

Conforme o relato, essas situações de fragilidade causadas pela expansão das plantações de madeira também podem levar à saída dos moradores locais dessas propriedades e, conseqüentemente, à desocupação desses espaços que, por sua vez, pode contribuir com continuidade da expansão das plantações de madeira.

Essa migração campo-cidade se materializa de diversas formas como no aumento da demanda por serviços públicos urbanos entre os quais o abastecimento de água, serviços de atenção à saúde, educação e a necessidade de geração de empregos não agrícolas e/ou fora da propriedade rural. O que se observa é a configuração típica de municípios cuja atividade produtiva é centrada na silvicultura, mas limitada à produção de matéria prima (IMBAU, 2008).

O beneficiamento da madeira produzida em Imbaú ocorre, predominantemente, no polo industrial madeireiro de Telêmaco Borba e, desde o início de 2016, na unidade fabril de produção de celulose e papel localizada em Ortigueira. Nessa configuração, os impactos socioeconômicos atribuídos à expansão do cultivo de madeira são: concentração de renda nos grandes produtores e empreiteiras; geração de poucos empregos para os moradores locais; baixa circulação de dinheiro no município; e inviabilização da produção agrícola.

Esse quadro se completa com a inserção de Imbaú no chamado Paraná Tradicional que entre suas particularidades apresenta elevado nível de concentração da posse da terra, baixo dinamismo econômico, além de ser identificada como a área onde se concentram os menores IDH-M do estado. Relacionando o IDH de Imbaú às plantações de madeira tem-se o seguinte relato:

É, o IDH prova que a floresta (plantações de madeira) por si só não traz tanto benefício assim, não estou dizendo que a floresta é que causou esse IDH baixo, mas como atividade econômica ela não ajudou o município, é que o IDH depende de muitas outras coisas, mas como atividade econômica não agrega muito, se agregasse o município estaria desenvolvido. Diferentemente de onde está instalada a indústria, em Telêmaco Borba o IDH é alto, ao contrário dos outros municípios vizinhos. A questão do cultivo florestal não traz um impacto positivo no sentido de melhorar, não sei se causa negativo, acredito que não porque eu considero rentável a cultura (do eucalipto), podia estar melhor, mas é uma exploração viável para o município. (Extensionista1, EMATER).

A esse respeito, vale resgatar a análise de Acselrad (2007) sobre o processo de expansão das plantações de eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia, na qual esse autor (*ibidem*) ressalta que, via de regra, a implantação dos empreendimentos madeireiros-celulósicos são relacionadas “[...] à situação de estagnação econômica das regiões em pauta, que faz destas propostas a esperança de salvação econômica para a região, atraindo com frequência o apoio político dos governos e setores empresariais locais.” (ACSELRAD, 2007, p. 8).

No mesmo sentido, Zhouri e Oliveira (2014) apontam a construção de representações de miséria e estagnação dos territórios pretendidos para a instalação de megaemprendimentos, como espaços passíveis de serem ocupados e/ou transformados. Conforme essas autoras (*ibidem*), a construção dos territórios como pobres a partir de indicadores que afirmam a marginalidade econômica desses espaços, legitimam projetos de intervenção com vistas ao desenvolvimento, atribuindo ao local “[...] imagens de pobreza [...]”, em oposição à imagem dos projetos de intervenção que representariam, o progresso “[...] e fartura.” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2014, p. 56).

No contexto estudado, os relatos apontam para uma possível articulação entre os discursos de vocação para o cultivo florestal e a imagem de atrasada (primitiva) atribuída à agricultura familiar local. Associados ao baixo IDH-M, esses discursos legitimariam a expansão das atividades associadas à indústria de celulose e papel na região, atividade para a qual se atribui possibilidades de desenvolvimento regional.

Nós estamos do lado de uma das maiores fábricas de celulose do mundo, então como é que a gente vai conviver (se colocando contra a atividade)? E a mão de obra? Aqui tudo gira em torno da própria Klabin, desde lá do borracheiro que arruma pneu até o empresário que presta serviço nessa questão. Então, eu acho que se não fosse a Klabin na região, o município de Imbaú, Telêmaco, entre outros que ficam envolta da fábrica, acho que não conseguiriam se desenvolver porque não teria emprego. Na verdade, se o município está crescendo, se o município está se desenvolvendo, uma das boas questões é a Klabin. (Secretário da Agricultura).

Entretanto, como sugere o relato anterior (Extensionista1, EMATER), a expansão das plantações de madeira em Imbaú não tem contribuído com mudanças significativas no que diz respeito ao desenvolvimento entendido a partir de índices como o IDH. Os empregos ficam concentrados na indústria e em setores adjacentes como prestação de serviços nos ramos de alimentação, alojamento e transporte. As áreas de silvicultura empregam poucos trabalhadores e o serviço é concentrado nos dois primeiros anos do cultivo em atividades relacionadas ao preparo

da área para o plantio, tratos culturais, manejo de pragas e doenças e ao final do ciclo produtivo para a colheita.

Além disso, alguns interlocutores relataram que conforme a indústria foi se modernizando, também foi deixando de lado as parcerias com os pequenos empreiteiros locais. Com a possibilidade de terceirização do “serviço de mato” as empresas deixaram de realizar a implantação, manutenção e colheita das áreas de plantio de madeira passando tais serviços para as grandes empreiteiras. Nesse sentido, observa-se que a especialização produtiva contribui com a diminuição dos postos de trabalho no meio rural, mas na indústria também não há postos de trabalho para todos, conforme o relato: “[...] quando eu entrei (1963) a Klabin tinha na base de sete, oito mil funcionários, quando eu saí (1988) tinha uns dois mil, diminuiu muito [...]” (sitiante aposentado, Campina do Juca Pedro).

Os postos de trabalho existentes no município e região não empregam todo o contingente populacional em idade economicamente ativa. O setor agrossilvipastoril que mais ocupa trabalhadores é visto pelos jovens como o menos atrativo, nesse contexto no qual “[...] a roça não dá mais dinheiro [...]” (Agricultora1, Faxinal de São Pedro), “[...] o futuro do jovem da roça é ser empregado [...]” (Agricultor, assentamento Guanabara).

Para esse contingente de trabalhadores a saída é “pegar o trecho”. O chamado “peão de trecho” ou “trecheiro” é quase profissão, atividade exclusivamente masculina com baixa exigência de escolaridade e qualificação, como sugerem os relatos a seguir:

Em matéria de trabalho, tem que ser trecheiro, sair para o trecho. O jovem daqui sai para o trecho porque não tem (emprego), o município é pobre, não tem indústria e município que não tem indústria as pessoas precisam sair, os jovens principalmente precisam sair para trabalhar fora. Agora com esse projeto (PUMA) da Klabin eles estão todos aí, mas depois quando terminar o projeto eles acompanham as firmas e vão embora, deixam as famílias... É assim. (Agricultora2, Faxinal de São Pedro).

[...] aqui tem o projeto PUMA (Klabin) que deu bastante serviço, empregou bastante gente, mas já estão mandando embora, porque já está acabando o serviço, daqui para frente vão pegar gente especializada em montagem, esse tipo de coisa. Daí fica todo mundo desempregado, às vezes tem que sair fora lá para o Rio Grande do Sul, Curitiba, às vezes sai até para mais longe para trabalhar. Aqui no Imbaú já não tem serviço, tem serraria, mas ganha pouco. (Agricultora1, Faxinal de São Pedro).

Embora os relatos sobre os trecheiros apresentem a dificuldade do deslocamento e afastamento temporário das famílias, observou-se que o trabalho no trecho é tratado como uma

opção rentável, principalmente para os homens jovens que não querem e/ou não conseguem trabalhar em atividades agrícolas, mas não possuem a qualificação exigida pela indústria.

Esse quadro contribui tanto para o processo de migração do campo para a cidade como para o processo de migração laboral. Conforme os interlocutores, muitos dos trabalhadores que hoje são trecheiros trabalhavam anteriormente como diaristas nas lavouras da região. Entretanto, com as recentes mudanças no uso do solo essas lavouras foram substituídas por plantações de madeira e hoje esses trabalhadores do trecho deixaram o trabalho do campo e se deslocam para outros municípios para trabalharem principalmente em obras da construção civil (Diário de campo, junho/2016).

Como relatado pelos moradores locais, os homens estão migrando, mesmo que sazonalmente, mas continuam residindo na área rural. Via de regra, enquanto os homens saem para o trecho as mulheres permanecem no campo, sendo elas as responsáveis pela produção de gêneros alimentícios que primeiramente servem para o consumo da família, mas também para venda e/ou troca com terceiros. Eventualmente, as mulheres realizam atividades remuneradas fora da propriedade, notadamente trabalho doméstico em Imbaú e Telêmaco Borba. Entretanto, durante a pesquisa não foram mencionados projetos e/ou políticas públicas direcionadas para as atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras rurais, somente projetos no formato de oficinas voltados para os cuidados domésticos (uso e economia de alimentos) que abrangia tanto mulheres que residem no perímetro urbano como no campo.

Outra questão apontada pelos participantes da pesquisa como estímulo à saída dos jovens do campo foi a educação, ou melhor, a ausência de escolas no campo e/ou escolas do campo, pois como afirmou o agricultor “[...] na medida que tu tira a escola lá do interior tu tira também o povo, vai tirando, vão vindo tudo para a cidade.” (Diário de campo, novembro/2015). No município de Imbaú as escolas que existiam no campo foram fechadas na década de 1990 sendo que, a exceção de um colégio estadual existente na localidade rural Charqueada de Cima, todas as unidades de ensino municipais e estaduais estão na área urbana.

Ainda nesse sentido, a educadora entrevistada relatou que além de sair do espaço rural para estudar no espaço urbano não existe a preocupação de viabilizar a permanência do jovem no campo, para que a agricultura se configure como uma opção de vida, viável e confortável. Quando os jovens vão para o município vizinho, Telêmaco Borba, em busca de formação técnica

ou ensino superior eles são preparados para atender a demanda por mão de obra qualificada do setor de celulose e papel. Porém, como foi repetidamente relatado, não há vagas para todos.

O representante do sindicato citou mais alguns entraves que contribuem para o processo de saída do jovem do campo, como a burocracia para acessar financiamento para aquisição de terras por parte dos jovens oriundos da agricultura familiar e a desagregação cultural que tem deixado as comunidades mais tristes. Como a entrevista ocorreu no mês de junho ele deu ênfase para as festas de São João que anos atrás eram organizadas em todas as localidades rurais do município e “[...] hoje estamos com 14 comunidades rurais, mas esse ano só teremos duas (festas de São João) [...]” (Representante STR-TB). O sindicalista também relatou a diminuição na troca de serviços entre os agricultores os chamados puxirões ou mutirões que, via de regra, também terminavam em festa e faziam parte da cultura local.

Evidencia-se assim o impacto material e simbólico das transformações no uso do solo e na paisagem e dentre as práticas socioculturais afetadas por essas mudanças na forma de se relacionar com a terra e seu entorno alguns interlocutores citaram também o caso dos faxinais. O primeiro relato se refere às mudanças na posse da terra na localidade Charqueada dos Betim, onde se encontra um dos últimos criadouros comunitários, prática tradicional faxinalense: “[...] a Charqueada dos Betim é algo que está nos chocando, é uma comunidade faxinalense, lá era tudo solto no criadouro. Hoje, cada morador está cercando o quadradinho da sua casa, porque infelizmente já tem pessoas comprando terreno e plantando madeira.” (Representante STR-TB).

Em outros relatos os moradores locais citaram práticas culturais e religiosas afetadas pela expansão das plantações de madeira, entre as quais o cemitério tradicional faxinalense que se encontra rodeado por eucaliptos (Figura 8) e as fontes (nascentes) de águas milagreiras de São João Maria (Monge do Contestado).

Com relação às fontes de São João Maria os moradores mais antigos contaram um pouco sobre os feitos e as profecias do Monge que passou pela região e uma moradora do Faxinal de São Pedro comentou que “[...] ele era bem dizer um santo e deixou aquilo (as fontes milagreiras) para a cura das doenças desconhecidas [...] quem tem fé acredita na água da fonte.”. As águas ou olhos d’água de João Maria são muito procuradas para cura e proteção, mas correm risco de desaparecer juntamente com a água dessas fontes milagrosas (Diário de campo, junho/2015).

Conforme os relatos a expansão das plantações de madeira nas proximidades da localidade Faxinal de São Pedro confinou o cemitério faxinalense (Figura 8) que ocupava uma

área maior que a atual. O cemitério vem sendo utilizado há gerações pela comunidade local e apresenta como características sepultamento realizado em cova feita de barro no chão, túmulos sem ornamento, não se constrói túmulo de concreto e também não se costuma mexer no local após o enterro. Para os não conhecedores dessa tradição o cemitério parece abandonado, porém guarda traços da cultura faxinalense ainda presente nessa região (Diário de campo, maio/2015).

Figura 8 - Cemitério tradicional faxinalense cercado e sombreado pela plantação de eucalipto



Fonte: fotografias da autora, pesquisa de campo, junho/2015.

Nota: Placa em português e inglês: “Esta área possui valor cultural para a região. Ajude a preservá-la” – Klabin.

Os relatos dos moradores locais indicam que esses espaços deixados por quem saiu do campo ou por quem deixou de cultivar a terra têm sido ocupados por plantações de madeira. A soma dessas mudanças na forma material de apropriação do território incorre na baixa taxa de sucessão geracional nas propriedades da agricultura familiar, no envelhecimento da população do campo e assim vai desenhando um quadro de espaço rural esvaziado, tendendo a esvaziar ainda mais nas próximas gerações.

Em suma, os moradores locais trazem a tona em seus relatos que na medida em que a madeira avança ocupando os espaços dos vizinhos de outrora, mas que já foram embora, se deixa de ver a paisagem ao longe e aos poucos vai se deixando de pertencer ao lugar, foi o que ela afirmou ao apontar a paisagem (Figura 9): “Ninguém quer viver sozinho, filha!” (Diário de campo, maio/2015).

Figura 9 - Plantações de madeira próximo às residências e áreas de cultivo



Fonte: fotografias da autora, pesquisa de campo, junho/2015.

5.3 “A GENTE NÃO SABIA QUE PODIA GRITAR”: A ECLOSÃO DO CONFLITO

O grito dos atingidos é vida, vida é água, e se faltar é morte, e por que está faltando água? Porque a gente não gritava, a gente não sabia que podia gritar. (Agricultora, Movimento dos Atingidos. Diário de campo, abril/2015).

Projetos homogeneizadores do espaço como as plantações de madeira “[...] são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade.” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014, p. 18). Porém, esses autores (*ibidem*) ressaltam que os atingidos e/ou excluídos dos projetos de desenvolvimento não são vítimas passivas, vêm se organizando e apresentando outros projetos de vida e de interação com o ambiente. Entretanto, conforme Acselrad (2004), para que se configure o conflito é preciso que haja a contestação, a denúncia a partir do local, onde ocorrem também os processos de resistência à homogeneização dos lugares e à apropriação dos espaços de vida.

No contexto estudado, a emergência do Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde marca a contestação à expansão da produção de madeira em larga escala para o abastecimento da indústria de celulose e papel e do polo madeireiro de Telêmaco Borba. Conforme os relatos dos moradores locais que se auto declaram atingidos pelas plantações de madeira, o Movimento dos Atingidos surgiu a partir da vivência dos impactos e da percepção de que “não se sofre sozinho” (Diário de campo, junho/2015). Como relatou o agricultor, “O Movimento dos Atingidos

começou de uma forma... porque na verdade todo mundo estava sofrendo as consequências, água secando, todo esse problema da energia que eu te falei, mas a gente não tinha para quem se queixar [...].” (Agricultor, assentamento Guanabara).

A queixa que o agricultor relata se refere à denúncia dos impactos que passou a ser vocalizada pelo “grito dos atingidos” (Diário de campo, abril/2015), e o grito, por sua vez, evoca a urgência de serem escutados, como sugere Zhouri (2014). Entretanto, numa região que há mais de oito décadas vem sendo ocupada pelo complexo agroindustrial florestal, o Movimento dos Atingidos não se coloca contra a produção de madeira e sim em favor da regulação da atividade, numa busca por limites à atividade.

Nesse sentido, o movimento organizou uma pesquisa sobre os impactos do eucalipto no município de Imbaú e, em decorrência dos resultados apontados, apresentou um Projeto de Lei de Iniciativa Popular a fim de disciplinar o cultivo de espécies arbóreas exóticas no município. A pesquisa foi elaborada de forma participativa por estudantes do IFPR de Telêmaco Borba juntamente com moradores locais sob coordenação do professor doutor Roberto Martins de Souza (SOUZA, 2013).

Nos relatos observa-se que o Movimento começou muito pequeno e desacreditado, em face do poder material e simbólico atribuído à indústria de base florestal na região, como ilustrada nessa fala: “Mexer com peixe grande (indústria Klabin)? Como é que você vai poder, não tem como...” (Diário de campo, junho/2015). Porém, ressaltam que o apoio e a adesão ao movimento se deram a partir da pesquisa e visibilização dos impactos, quando os moradores locais, tanto da área rural como urbana, passaram a se reconhecer nos relatos dos atingidos, como retrata a agricultora no trecho a seguir: “[...] eu comecei de acompanhante, quando a gente começou era pouquinho gente, nós éramos seis pessoas, mas a gente já estava sofrendo e não sabia o porquê, era o início (do Movimento dos Atingidos), mas a gente já estava sofrendo com o problema [...]” (Agricultora, residente área urbana).

Esses relatos indicam assimetrias nas relações de poder sobre a apropriação material do meio, evidenciada pela expansão das plantações de madeira, e significação simbólica a partir da imagem, justamente de poder, atribuída à indústria (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014). Ainda nesse sentido, ao relatarem os impactos sofridos pela expansão da madeira, os entrevistados buscaram, sempre que possível, mostrar do que estavam falando: nascentes secas,

estradas entupidas, eucalipto próximo à residências e fiação, etc., numa gesto de justificação, como se fosse necessário provar que aquilo que haviam dito era verdade.

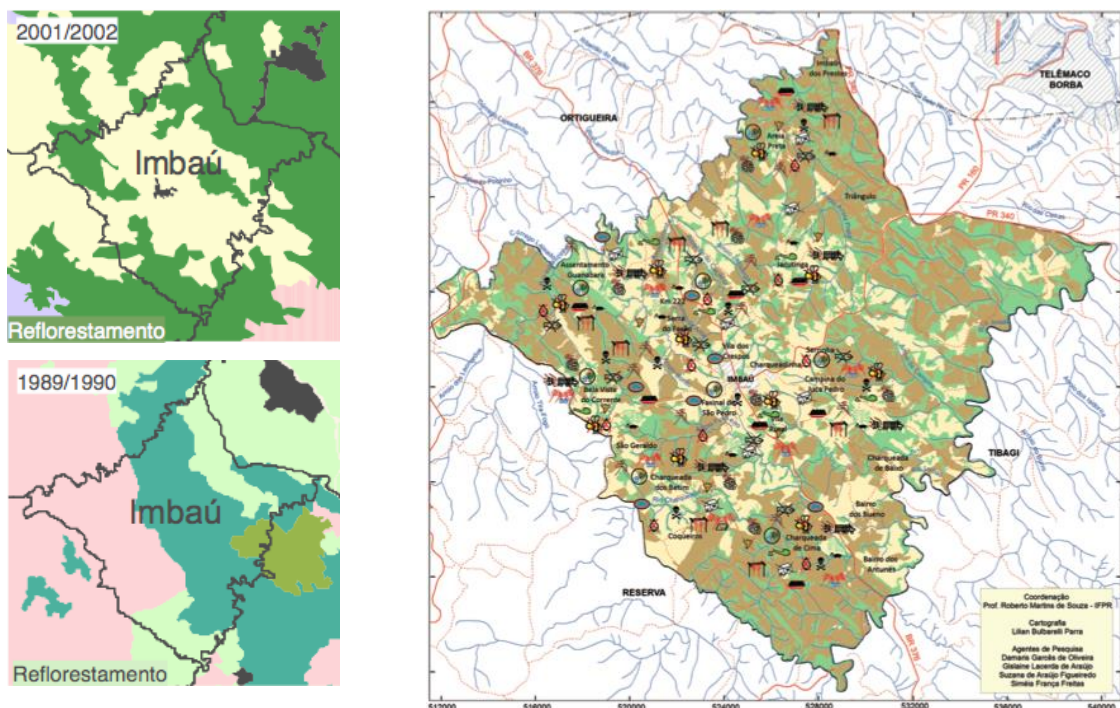
Entretanto, observa-se pelos relatos extraídos das entrevistas que essas relações foram sendo modificadas com o processo de pesquisa no qual os atingidos passaram a elaborar e internalizar conhecimentos e visibilizar os impactos sentidos a partir de seus espaços de vida, como demonstra o trecho a seguir:

A pesquisa foi extremamente importante porque ela respaldou aquilo que a gente dizia, porque você dizer: “*oh, tem êxodo rural*”, é muito vago. Não, tem êxodo rural porque nós fotografamos tantas residências abandonadas e estão aqui as fotos. “*Tem 60 nascentes secas*”, não, mas nós fomos até as nascentes e nós temos elas catalogadas. Ele (pesquisador IFPR) ajudou muito nessa questão e isso fez com que a gente tivesse um respaldo maior, então, se o grupo tinha lá 10 pessoas ele foi crescendo e foi aumentando, mais pessoas foram vindo, algumas vieram como curiosas e outras vieram porque queriam se engajar mesmo. (Educadora).

Como resultado de pesquisa, o Movimento dos Atingidos apresentou um novo mapa e/ou uma releitura do mapa do Município de Imbaú no qual estão registradas as áreas ocupadas com madeira e, principalmente, são visibilizados os sujeitos ali inseridos e os impactos associados ao modelo de uso e apropriação do ambiente enquanto espaço de produção de madeira.

A esse respeito Zhouri (2014) comenta que “[...] o mapa possibilita visualizar as dinâmicas socioespaciais conflitivas para além de uma mera exposição de problemas e impactos ambientais em nossa sociedade.” (ZHOURI, 2014, p. 112), evidenciando, assim, essas outras percepções sobre os impactos ancoradas nas vivências dos lugares. Desse modo, o mapa ilustra a expansão da madeira em termos materiais, mas passa a conter o significado dessa expansão em termos materiais e simbólicos para os sujeitos que vivem nesses espaços, conforme ilustra a Figura 10.

Figura 10 - Expansão das plantações de madeira em Imbaú e o mapa do conflito



Fonte: ITCG, 2008a; ITCG, 2008b; SOUZA, 2013. Adaptado pela autora.

Nota: à esquerda, croqui do município de Imbaú ilustrando a expansão da área com silvicultura no período entre 1989/1990 e 2001/2002; à direita, Mapeamento Social dos Impactos Provocados pelas Plantações de Eucalipto no Município de Imbaú, PR (ANEXO A).

Os moradores locais relatam que depois do Movimento dos Atingidos “mudou um pouco a postura” do setor florestal madeireiro representado por plantadores e indústrias em relação aos impactos gerados por esses empreendimentos (Diário de Campo, junho/2015). Relatam também que houve melhorias como diminuição da interrupção do fornecimento de energia elétrica, fiscalização e corte de plantios irregulares em APP e RL, corte de algumas plantações que sombreavam casas e áreas de cultivo, mas indicam a persistência de problemas em relação a questão da água e inviabilização da agricultura.

Ainda numa perspectiva de futuro, os moradores locais apontam a Lei apresentada pelo Movimento dos Atingidos e rejeitada pela Câmara dos Vereadores como uma possível solução para a resolução de impasses localizados que ocorrem entre vizinhos de “cerca a cerca”, como comentou um dos participantes do movimento: “[...] não adianta nós não nos disciplinarmos, e dizer assim: “*não precisamos de lei*”. Ora, daqui a pouco nós, pequenos agricultores, vamos estar

brigando uns com os outros [...]” (Agricultor, Movimento dos Atingidos, diário de campo, abril/2015).

Entretanto, o que se demarca dos relatos dos interlocutores é que não há consenso sobre o que fazer em relação aos impactos decorrentes da expansão da madeira. Alguns apontaram a atividade florestal como uma opção viável para os produtores do município, ressaltando a vocação florestal da região. Entre os moradores locais, os relatos sobre os impactos são muito semelhantes, porém parte destes não contesta a atividade de maneira pública; uma parcela não contesta por não acreditar em possibilidades de mudança frente ao cenário posto para a região, indicando uma aceitação da situação; uma outra parcela associa os impactos aos plantios realizados de forma inadequada, não identificam a necessidade de contestação, mas sim de adequação dessas áreas; uma terceira parcela, incluindo o Movimento dos Atingidos, busca denunciar os impactos decorrentes da expansão da madeira a partir dos processos de contestação da atividade.

Embora existam divergências a respeito do que fazer, observa-se pelos relatos a existência de dois modos distintos de se apropriar e se relacionar com o meio. No primeiro, associado aos moradores locais, incluindo os produtores de madeira que vivem nesses espaços, o lugar é apropriado enquanto espaço de vida. O segundo é marcado por uma lógica de utilização do meio enquanto espaço de produção que os tem transformado em “não lugares” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2014, p. 60), caracterizado pela expansão da madeira, homogeneização da paisagem e especialização produtiva.

Desse modo, observa-se a partir dos relatos que os sujeitos envolvidos e/ou atingidos por essa atividade reagem de diferentes formas aos impactos, entre elas o “grito dos atingidos” indica que a lógica de utilização do meio enquanto espaço de produção é a que tem se sobressaído e inviabilizado outras formas de se apropriar e interagir com o ambiente.

Observa-se, portanto, que o conflito socioambiental estabelecido em Imbaú é marcado pelo embate entre essas distintas formas de se apropriar e se relacionar com o meio, uma vez que, como afirma Zhouri (2014) “[...] os conflitos eclodem quando o sentido e a utilização de um território por um determinado grupo, por exemplo, ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros grupos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução de seu modo de vida.” (ZHOURI, 2014, p. 118-119).

6 À SOMBRA DOS EUCALIPTOS: AS PLANTAÇÕES DE MADEIRA E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE IMBAÚ

Neste estudo, buscou-se compreender que impactos são gerados pelas plantações de madeira e como afetam as dinâmicas socioambientais locais. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico estudos sobre conflitos socioambientais e como referencial empírico os dados gerados na pesquisa de campo junto a sujeitos inseridos nesses espaços, ora envolvidos, ora atingidos pela produção de madeira.

No contexto estudado, as mudanças no uso do solo provocadas pela expansão das plantações de madeira têm gerado impactos materiais e simbólicos, transformando a paisagem e afetando as dinâmicas socioambientais locais. Entretanto, a elaboração e a compreensão dos impactos diferem entre os sujeitos inseridos nesses espaços de acordo com suas distintas formas de apropriação e relação com a terra e seu entorno.

Para uma parte dos entrevistados, a produção de madeira é uma atividade econômica viável que ainda tem seu espaço no Município de Imbaú. Esse grupo reúne produtores de madeira e demais profissionais associados à atividade, bem como agentes do poder público local que, em maior ou menor grau, incentivam a atividade. A partir dos relatos observa-se que a preocupação desse grupo em relação aos impactos negativos gerados pela atividade caminha na direção do manejo, minimização ou, ainda, adequação.

Para um segundo grupo que agrega os moradores locais, os impactos são apreendidos na medida em que atingem seus espaços de vida, ou seja, quando afetam as condições de produção e reprodução material e simbólica de seus modos de vida. Assim, os impactos gerados pelas plantações de madeira representam riscos à continuidade de suas existências nesses espaços, uma vez que afetam o conforto, o cultivo do sustento, a mobilidade, a segurança, a saúde, a sociabilidade, entre outros aspectos.

Embora os moradores locais apresentem relatos semelhantes em relação aos impactos, empreendem diferentes reações que podem ser caracterizadas como: aceitação, adaptação, contestação e resistência. Observa-se que, em muitos casos, a adesão ao cultivo de madeira se configura enquanto estratégia tanto de adaptação como de resistência que possibilita a permanência no lugar, pois quando as áreas produtivas agrícolas passam a ser atingidas pelo sombreamento das árvores, a “saída” para “não sair” é plantar madeira também.

Essa progressão dos cultivos de madeira de “cerca a cerca” ou “divisa a divisa” e, conseqüentemente, do sombreamento ocasionado pelas árvores, caracteriza o que se identificou neste estudo como “efeito dominó”. Este foi repetidamente citado pelos moradores locais entre os principais impactos materiais gerados pelas plantações de madeira, pois quando a sombra projetada pela árvores atinge áreas de cultivo agrícola inviabiliza essa produção, condicionando esses espaços ao cultivo de madeira.

Porém, quando o sombreamento atinge também os espaços onde se vive, como moradias e áreas de cultivo para o consumo familiar, o impacto materializado pela sombra afeta a permanência objetiva, mas assume também proporções simbólicas como o distanciamento afetivo dos moradores em relação ao lugar que já não reconhecem mais. Desse modo, pode-se afirmar que os impactos gerados pelas plantações de madeira afetam tanto as formas materiais como socioculturais e simbólicas dos moradores locais se apropriarem do meio.

A silvicultura praticada em Imbaú impõe outra dinâmica de tempo e outra forma de se relacionar com a terra. Nesse contexto, um questionamento que emerge dos relatos é em relação ao que fazer enquanto a madeira cresce, enquanto se aguarda a colheita florestal. Denota-se, no caso, uma preocupação em relação à produção de alimentos, mas, sobretudo, um estranhamento em relação a esse modo de utilização do ambiente, agora ocupado com plantações de madeira, e uma identificação com o modo anterior de cultivar a terra vinculado às atividades agrícolas. Identifica-se assim, que a ocupação dos espaços com plantações de madeira cria um entorno (paisagem) novo, mas simbolicamente vazio. Nesse estranhar a paisagem, os moradores locais estranham a si mesmos e permanecer no local vai deixando de fazer sentido.

Pode-se afirmar também que a legitimidade da silvicultura enquanto promotora do desenvolvimento é um campo em disputa no qual se entrelaçam diferentes interesses associados às distintas formas de uso e apropriação do ambiente. Nesses termos, o conflito socioambiental estabelecido em Imbaú pode ser compreendido a partir do embate entre o modo de uso e apropriação do meio enquanto espaço de vida e o modo de utilização como espaço de produção.

O horizonte de Imbaú aponta para a continuidade desse modelo produtivo que incorre na homogeneização da paisagem e especialização produtiva. Na medida em que as plantações de madeira avançam, afetam os espaços de vida e vai se confirmando a vocação florestal de Imbaú. Assim, se consolida o modelo produtivo de “desertos verdes”, não, necessariamente, porque não tenha água, corredores ecológicos, reserva legal e áreas de preservação permanente, embora

existam impactos tecnicamente ambientais, mas se configuram enquanto desertos na medida em que vão sendo esvaziados de gentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Caminante, no hay camino, se hace camino al andar.”
Antonio Machado

A primeira vez que pisei em Imbaú fui justamente para participar do 1º Seminário sobre a Violação dos Direitos Humanos e as Plantações Industriais de Eucalipto na Região de Telêmaco Borba. Na época, eu estava no último ano da graduação em engenharia florestal e me preparando para ingressar no mestrado, mas confesso que nunca imaginei que dois anos depois retornaria para lá, buscando, ainda sem saber completamente o que queria buscar, tudo que encontrei em campo, e é sobre essa experiência que eu quero escrever, em primeira pessoa, essas considerações finais.

Durante a graduação eu senti falta de sujeitos no rural florestal ou talvez eu não estivesse atenta à existência deles. Lembro-me que quando se falava sobre as operações de campo se mencionava os trabalhadores em termos numéricos, calculava-se quantos trabalhadores seria necessário contratar para a execução de uma determinada tarefa ou o valor da diária a ser pago para o cálculo dos custos da operação. Até onde me recordo, nunca foram mencionadas as pessoas que vivem em territórios ocupados com plantações de madeira. Parecia até que esses empreendimentos se inseriam em espaços vazios nos quais não há conflito, uma vez que não existem sujeitos, e onde os impactos são manejáveis via adoção de boas práticas socioambientais.

Terminei a graduação, iniciei a formação do mestrado e finalmente decidi que voltaria à Imbaú buscando olhar a “floresta” sob o ângulo de quem a olha de perto todos os dias, os moradores locais. A pesquisa de campo foi uma experiência muito marcante a começar pelo desafio de realizar uma pesquisa qualitativa, de utilizar um gravador que de início inibia mais a mim do que aos entrevistados e tratar como tema de pesquisa dimensões da vida dessas pessoas. Quando desembarquei em Imbaú no dia 07 de março de 2015, às vésperas do Dia Internacional das Mulheres, fiquei paralisada, sem saber para onde ir, mas nesses meses de pesquisa fui conhecendo e me fiz conhecida e ao finalizar a etapa de campo, deixei um pouquinho de mim e trouxe um pedacinho de cada prosa embalada por chimarrão nos dias frios ao lado do fogão a lenha e das delícias das comidas de todos os dias que compartilharam comigo, pois é, a pesquisa de campo tem lá suas recompensas.

Ao final desse processo sinto que surgiram mais questionamentos do que afirmações sobre a temática que envolve megaempreendimentos, como as plantações de madeira em larga escala para fins industriais, os impactos materiais e simbólicos decorrentes desse modelo de uso e apropriação do meio que, por vezes, deflagram conflitos socioambientais. Caberia analisar muitos outros aspectos e dimensões: as mudanças nos modos de vida da agricultura familiar e camponesa local; os impactos nas comunidades tradicionais faxinalenses; como essas dinâmicas afetam as relações de gênero; questões sobre sucessão familiar e envelhecimento da população rural, entre outros. Nesse sentido, espero que este estudo sirva de pista para outras investigações a respeito de realidades “sombreadas” por tantos outros eucaliptos.

Por fim, gostaria de registrar, na última página deste trabalho, uma homenagem ao Seu Chocolate, trovador que conheci nas terras imbauenses e que nesse caminho de prozas e reflexões me presenteou com seus versos intitulado: O grito do agricultor no deserto.

O GRITO DO AGRICULTOR NO DESERTO

Ariulino Alves Morais, Seu Chocolate

Agricultores de coragem
 O que é que estão fazendo
 Não vêem o que está acontecendo
 Não podemos ficar parados
 Nem ficar desesperados
 Vamos unir nossos ideais
 O que disseram nossos pais
 Pois desta terra somos legado

Nosso projeto é um exemplo
 De iniciativa popular
 Temos força pra mudar
 Estamos propondo o melhor
 Para o povo não ficar na pior
 Nosso projeto pequeno, mas decente
 Pra salvar o meio ambiente
 Evitar um mal bem maior

É que os donos das indústrias
 Que são também fazendeiros
 Até parque industrial prometeram
 Mas com uma condição
 Retirar o projeto de aprovação
 Forjando uma ilegalidade
 Demonstra a incapacidade
 Em defender o nosso chão

Nós agricultores entendemos
 Como funciona o parlamento

Eles são a favor dos cinco por cento
E vivem fazendo assistencialismo
Promessa de um paraíso
Para as próximas eleições
Distribuindo alguns tostões
Estão criado o clientelismo

Agricultores não desanimemos
Porque fomos de novo atingidos
Vamos ficar ainda mais unidos
Pois temos confiança e certeza
Pois defendemos a natureza
Pros nossos filhos não sofrer
O povo não faltar o que comer
O ambiente preservar sua beleza

Por nós sofrer esta derrota
Mas nós não perdemos a guerra
Nós somos herdeiros desta terra
Nós estamos com a razão
Vamos reforçar nossa união
Somos movimento dos atingidos
Lutando contra os atrevidos
Que não têm preocupação

Não somos contra o progresso
Nos preocupamos com nosso polo
Com o mau uso deste solo
Que afeta a biodiversidade
Vai faltar água nesta cidade
Já está nos ameaçando
Por isso estamos alertando
Da falta de responsabilidade

O êxodo rural nos municípios
É um grande mal social
Já tem gente na marginal
Por conta da monocultura
Está na hora de uma releitura
Todo mundo se mexer
De sede e fome não morrer
Não pensar que a vida é loucura

Seguimos cantando
Com esperança de agricultor
Faça frio ou faça calor
Tem certeza de boa colheita
Não desiste de sua empreita
Vai em busca de novas conquistas
No modelo capitalista
Ideias dos pobres não serão aceitas

REFERÊNCIAS

ABRAF. Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário estatístico da ABRAF**: ano base 2005. Brasília, 2006.

ACCIOLY, Pyramon. **Mapeamento dos remanescentes vegetais arbóreos do estado do Paraná e elaboração de um sistema de informações geográficas para fins de análise ambiental do estado**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2004a. p. 13-35.

_____. Justiça ambiental: ação coletiva e práticas argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, Fundação Ford, 2004b. p. 23-39.

_____. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia: uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

_____. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2014. p. 7-9.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Introdução. In: _____. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, Fundação Ford, 2004. p. 9-20.

AGÊNCIA BRASIL. **CTNBio aprova comercialização de eucalipto transgênico**. 09.04.2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2015-04/ctnbio-aprova-comercializacao-de-eucalipto-transgenico>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ALMEIDA, Alexandre Nascimento; SILVA, João Carlos Garzel Leodoro; ANGELO, Humberto. Influência da Klabin no mercado de madeira em tora do estado do Paraná. **Cerne**, Lavras, v. 18, n. 1, p. 153-158, jan./mar. 2012

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). **Terra e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: EDU UNB, 2011 p. 27-44.

BACHA, Carlos José Caetano. Análise da evolução do reflorestamento no Brasil. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 5-24, jul./dez. 2008.

BALBINO, Luiz Carlos; BARCELLOS, Alexandre de Oliveira; STONE, Luís Fernando. **Marco referencial: integração lavoura-pecuária-floresta**. Brasília, DF: Embrapa, 2011.

BINKOWSKI, Patrícia. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “metade sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no sul do Rio Grande do Sul**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)**. Brasília: MAPA/ACS, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plano-abc>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade brasileira**. [2010?]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira> Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 17 mar. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.375, de 11 de dezembro de 2014**. Define a política agrícola para florestas plantadas. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8375.htm>. Acesso em: 24 jun. 2016.

_____. **Lei nº 5.106, de 02 de setembro de 1966**. Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Brasília, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5106.htm>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. **Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2014**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Florestas plantadas: bases para a política nacional**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/destaque/nota-estrategica-4-florestas-plantadas-bases-para-a-politica-nacional-%E2%80%93-julho-de-2014/>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. **Brasil mais florestas:** plano nacional de desenvolvimento de florestas plantadas. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/pg-assuntos/pg-florestas/pg-brasil-mais-florestas/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CANAL DO PRODUTOR. **Novo presidente da Câmara de Florestas Plantadas do Mapa quer visão em mercado, logística e produtividade.** 29.02.2016. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/novo-presidente-da-camara-de-florestas-plantadas-do-mapa-quer-visao-em-mercado->>. Acesso em: 25 maio 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

CUNHA, Anacília Carneiro da. **O homem papel:** Análise História do Trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose SA 1942 - 1980. 173 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1982.

EISFELD, Rozane de Loyola; NASCIMENTO, Flávio Augusto Ferreira. **Mapeamento dos Plantios Florestais do Estado do Paraná: Pinus e Eucalyptus.** Curitiba: Instituto de Florestas do Paraná, 2015.

FAJARDO, Sérgio. O Paraná: ocupação segmentada no tempo e no espaço. In.: _____. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense.** Guarapuava: Editora Unicentro, 2008. p. 115-180.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo.** 2005, 106 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FISCHER, Augusto. O fomento na indústria de base florestal. **Informe Gepec.** Toledo, v. 13, n. 2, p. 6-19, jul./dez. 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In. BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 12 ed. Petrópolis : Vozes, 2014. p. 64-89.

GAUTREAU, Pierre. **Foréstacion, Territorio y Ambiente: 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina.** Montevideo : Trilce, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. In: _____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUBERT, Francisco A.. O desflorestamento do Paraná em um século. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente: Teoria e Prática no Estado do Paraná.** Curitiba : ITCG, 2010. p. 15-25.

HAUER, Margit. As Florestas no Paraná: um processo de involução. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba : ITCG, 2010. p. 27-44.

IASI, Mauro Luis. **Ocupa tudo!** 19.05.2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/19/ocupa-tudo/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES - IBA. **Relatório Ibá 2014**. Disponível em: <http://iba.org/images/shared/iba_2014_pt.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. **Relatório Ibá 2015**. Disponível em: <http://iba.org/images/shared/iba_2015.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010: Característica da População e dos Domicílios**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **IBGE CIDADES: Imbaú**. [2015?]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411007&search=parana|imba>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

IMBAÚ. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor do Município de Imbaú**. 2008. Disponível em: <<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=d5b281b06epzd5&id=52>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Diagnóstico Socioeconômico do Território Caminhos do Tibagi, Estado do Paraná**. 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_caminhos_tibagi.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

_____. **Caderno Estatístico do Município de Imbaú**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84250>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS - ITCG. **Relatório de Cálculo de Área dos Municípios do Estado do Paraná, ano 2015**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/2015/relatoriocalculodeareamunicipios2015.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. **Uso do Solo 1989/1990: Estado do Paraná**. 2008a. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/uso_do_solo_2001_2002_A3.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2015.

_____. **Uso do Solo 2001/2002:** Estado do Paraná. 2008b. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Uso_do_Solo_1989_1990_A3.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2015.

KLABIN planeja investimento de R\$3,2 bilhões na região. **Jornal da Manhã**, Curitiba, 12 fev. 2016. Disponível em: <<http://arede.info/jornaldamanha/editorias/dinheiro/klabin-planeja-investimento-de-r-32-bilhoes-na-regiao/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

KLABIN. **Klabin**. Site institucional. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/home/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LASCHEFSKI, Klemens. O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas: uma análise geográfica. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 245-284.

LEYTON, Karen. **Dinâmica de florestas nativas em áreas de expansão de eucalipto no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2008.

MALVEZZI, Mariana. **Sustentabilidade e emancipação:** a gestão de pessoas na atualidade. São Paulo : Editora Senac São Paulo. 2013.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDRADO, Moacir José Sales; SILVA, Vanderley Porfírio da; MEDRADO, Renata Dantas; DERETI, Rogério Morcelles. **Potencial florestal na conservação dos recursos naturais**. Colombo: Embrapa Florestas, 2011.

NEUTZLING, Francisco Carlos; MAUCH PALMEIRA, Eduardo. A competitividade das exportações brasileiras de cavaco de madeira. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Número 77, 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/nmp.htm>> Acesso em: 14 jul. 2016.

ONU. **Nosso Futuro Comum**. 1987 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

PAIVA, Samanta Nazaré. **Análise da certificação florestal FSC em uma empresa do segmento de celulose no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR. 2011.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento**

Rural: Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 167-182.

SALLES, Jefferson de Oliveira. Atores sociais do desmatamento no Paraná 1940-1960: contribuições para uma história da indústria madeireira. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente:** Teoria e Prática no Estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010. p. 45-82.

SERJE, Margarita. **Desarrollo y Conflicto:** Territorios, recursos y paisajes en la historia oculta de proyectos y políticas. Bogotá: Uniandes, 2010.

SOARES, Naisy Silva; SILVA, Márcio Lopes; CORDEIRO, Sidney Araujo. Produto interno bruto do setor florestal brasileiro, 1994 a 2008. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.38, n.4, p. 725-732, 2014.

SONDA, Claudia. Reforma Agrária, Desmatamento e Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente:** Teoria e Prática no Estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010. p. 83-100.

SOUZA, Roberto Martins de (Org.). **Identidades coletivas e conflitos territoriais no sul do Brasil:** deserto verde no município de Imbaú. Boletim Informativo. Edição especial. Abril de 2013.

SPVS. **Condomínio da Biodiversidade:** Floresta com Araucária. [?]. Disponível em: <<http://condominiobiodiversidade.org.br/saiba-mais/floresta-com-araucaria/#.V4WHCCMrL-m>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

STCP. Crise: câmbio ou inflação de custos? **Informativo N° 15.** 2011/2012. Disponível em: <<http://www.stcp.com.br/upload/publicacoes/20042012141237.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 2ª ed.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 49-63.

ZHOURI, Andréa. Mapeando desigualdades sociais: mineração e desregulação ambiental. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Org.). **Formas de matar, morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 111-141.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: _____. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 11-24.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, Maicon Leopoldino; OLIVEIRA, Gilca Garcia; GERMANI, Guiomar Inês. A monocultura do eucalipto na Região do Sudoeste Baiano: conflitos socioambientais e enfrentamentos. **Simpósio Baiano de Geografia Agrária**, v.1, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/?pagina=edicao_atual>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Perspectivas do Investimento 2010-2013**: O potencial de investimento nos setores florestal, de celulose e de papel. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/perspectivas_investimento2010.html>. Acesso em: 04 jan. 2015.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, W. **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. Londres, Zed Books, 1992. p. 6-25.

FLEURY, Lorena Cândido. **Cerrado para ser o quê?** : representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FUKS, Mário. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Dados**. vol. 41 n.º.1. Rio de Janeiro, 1998.

MAIA, Cláudio M.; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mário. O conceito de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional. In: GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; WAQUIL, Paulo Dabdab. (Org.). **Desenvolvimento Rural Sustentável no Norte e Sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

RIST, Gilbert. **The history of development**: from western origins to global faith. 3rd ed. London: Zed Books, 2008.

ROSTOW, Walt Whitman. **As cinco etapas do desenvolvimento**: um manifesto não comunista. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SILVA, Aline et al. Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores Caminhos do Tibagi (COOCAT-MEL), Fluxos de Informação e a Competitividade de seus Micros e pequenos Produtores Rurais: uma observação com base na Análise de Redes Sociais (ARS) In: ALTEC -

CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA: Innovación para el crecimiento sostenible em el marco del Bicentenario, 14., 2011, Lima, Perú.

APÊNDICE A – Tópicos para as entrevistas

1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Antes de iniciar a entrevista buscou-se: apresentar o projeto de pesquisa de mestrado intitulado Impactos Socioambientais e Dinâmicas Sociais no Município de Imbaú; prestar esclarecimentos com relação aos procedimentos utilizados durante a entrevista, a saber, gravação de depoimento em arquivo de áudio; assegurar o anonimato dos participantes; assegurar o direito dos participantes de se desligarem da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para ambas as partes; e prestar esclarecimentos sobre o uso posterior das informações concedidas.

Vale ressaltar que as perguntas direcionadas aos participantes da pesquisa foram baseadas nos tópicos descritos abaixo, porém foram adaptadas de acordo com a origem social e atuação dos entrevistados.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

Profissão:

Ocupação atual:

Função:

Contato:

3. ORIGEM E TRAJETÓRIA PESSOAL

Conte um pouco da sua trajetória pessoal e profissional.

4. ATIVIDADE PRODUTIVA E RELAÇÃO COM A TERRA

Atividade produtiva que desenvolve, modelo de produção e insumos utilizados.

Comente sobre o apoio público à atividade que desenvolve atualmente (projetos, assistência técnica, capacitações, etc.).

Comente sobre as instituições que atuam no apoio à produção agropecuária e florestal no município.

Comente sobre a produção de madeira na sua propriedade e comunidade atualmente e há alguns anos atrás (quando você chegou na comunidade e/ou quando era mais jovem).

5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Comente sobre as associações, cooperativas, sindicato rural e demais organizações atuantes no município relacionadas à atividade que desenvolve.

Comente sobre sua participação em outras organizações sociais como associação de bairro, partidos políticos, conselhos municipais, entidades religiosas, etc.

Comente sobre o Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde: atuação, importância e sua relação com o Movimento.

6. PERCEPÇÕES

Comente o que significa para você os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento”.

6.1 Ambiente:

Descreva a paisagem atual da sua comunidade. Descreva essa mesma paisagem há alguns anos atrás (quando você chegou na comunidade e/ou quando era mais jovem).

Comente sobre mudanças que ocorreram nessa paisagem incluindo fauna e flora.

Comente sobre mudanças que ocorreram ao nível das águas (rios, córregos e poços artesianos).

Comente sobre os principais problemas ambientais da sua comunidade.

Comente sobre a legislação ambiental (Código florestal, APP, RL, etc.), aplicação e efetividade.

Comente sobre ações voltadas para conservação da água e recuperação de áreas degradadas na sua comunidade.

Comente sobre a relação entre produção de madeira, produção agropecuária e preservação ambiental.

6.2 Sociedade local:

Descreva sua comunidade atualmente (população, atividades culturais, práticas religiosas, etc.) e há alguns anos atrás (quando você chegou na comunidade e/ou quando era mais jovem).

Comente a situação dos jovens da sua comunidade: ocupação atual (emprego, escolaridade), interesse pelo campo (permanecer morando, trabalhando), etc.

Comente sobre as plantações de madeira: importância para o município e região, benefícios e/ou problemas decorrentes da expansão das plantações na sua comunidade, município e região.

Comente sobre a relação das empresas que plantam e/ou beneficiam a madeira com a sua comunidade.

7. PROJEÇÕES PARA O FUTURO

Comente sobre as perspectivas para a organização social da qual participa.

Comente sobre as perspectivas para a paisagem (ambiente) do seu entorno.

Comente sobre as perspectivas para a sua propriedade, comunidade, município e região.

Sobre o que conversamos, há algo mais a acrescentar?

8 – TÓPICOS ADICIONAIS PARA A ENTREVISTA COM O GRUPO 2: SUJEITOS INDIRETAMENTE INSERIDOS NOS ESPAÇOS DE AVANÇO DAS PLANTAÇÕES DE MADEIRA

8.1 Instituição de pesquisa e assistência técnica (EMATER)

Comente sobre sua atuação no município e região.

Comente sobre as principais mudanças que ocorreram no espaço rural.

Comente sobre a expansão das plantações de madeira no município e região.

Comente se atuou ou atua em projeto para incentivar plantio de madeira. Especificar público alvo.

Comente sobre o panorama atual da agricultura e da agricultura familiar no município.

Com relação à legislação ambiental vigente, comente sobre o conhecimento e efetividade das leis e se existe alguma ação do poder público nesse sentido.

Comente sobre a importância (principais problemas e benefícios) das plantações de madeira para o município e região.

Comente sobre o Projeto de Lei apresentado pelo Movimento dos Atingidos para disciplinar as plantações de madeira no município.

Comente sobre as perspectivas para a produção agrícola e florestal no município, em especial para a agricultura familiar e camponesa.

8.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba (STR-TB) e Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde

Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba (STR-TB).

Comente sobre as principais mudanças que ocorreram no espaço rural.

Comente sobre o panorama da agricultura e da agricultura familiar no município.

Comente sobre o histórico do Movimento dos Atingidos, instituições e sujeitos que o compõem.

Comente sobre as principais conquistas e desafios do Movimento.

Comente sobre o processo de elaboração do Projeto de Lei apresentado pelo Movimento dos Atingidos para disciplinar as plantações de madeira no município.

Comente sobre a importância (principais problemas e benefícios) das plantações de madeira para o município e região.

Comente sobre as perspectivas para a agricultura no município, em especial para a agricultura familiar e camponesa.

8.3 Poder público local (Secretaria Municipal de Agricultura, Políticos locais)

Comente sobre sua atuação no município e região.

Comente sobre o público atendido pela Secretaria da Agricultura.

Comente sobre o panorama da agricultura e agricultura familiar no município.

Comente sobre a atuação da secretaria em relação à assistência técnica, capacitação e o jovem rural. Projetos e parcerias em andamento.

Comente sobre as principais mudanças que ocorreram no espaço rural.

Comente sobre a importância (principais problemas e benefícios) das plantações de madeira para o município e região.

Comente sobre o Projeto de Lei apresentado pelo Movimento dos Atingidos para disciplinar as plantações de madeira no município.

Comente sobre as perspectivas para a agricultura no município, em especial para a agricultura familiar e camponesa.

8.4 Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)

Comente sobre sua atuação no município e região.

Comente sobre as principais mudanças que ocorreram no espaço rural.

Comente sobre mudanças em relação ao volume dos rios no município e região nos últimos anos.

Comente sobre as principais mudanças que ocorreram nos últimos anos (demanda) em relação ao abastecimento do município. Situação atual e perspectiva para os próximos anos.

Comente sobre a qualidade e a viabilidade de abastecimento de comunidades rurais com água de poços artesianos.

Comente sobre a atuação da SANEPAR em relação a preservação de água no município ou na região.

Comente sobre a contaminação da água de rios e/ou de poços artesianos por agroquímicos.

Comente sobre a importância (principais problemas e benefícios) das plantações de madeira para o município e região.

Comente sobre o Projeto de Lei apresentado pelo Movimento dos Atingidos para disciplinar (limitar) as plantações de madeira no município e sua contribuição para a preservação das águas.

ANEXO A – Mapa do Conflito elaborado pelo Movimento dos Atingidos pelo Deserto Verde

(SOUZA, 2013, p. 8-9).

8

Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil

Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil

9

